



# EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2026

**CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS – PR.**  
**UASG: 989913**

**OBJETO:** Contratação de empresa visando a aquisição de cinco veículos (3 Hatch e 2 Sedan) destinados ao atendimento das demandas da Administração Pública Municipal, em especial a Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social.

## **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 605.545,00** (seiscentos e cinco mil e quinhentos e quarenta e cinco reais)

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia **25/05/2026** às **08h30min** (oito horas trinta minutos)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** menor preço por item

**MODO DE DISPUTA:** Aberto e Fechado

## **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO**

**Motivo:** Não foi comprovado a existência de no mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, conforme previsto no Art. 49, II da Lei 123/2006.



M U N I C Í P I O D E  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	13
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	15
8. DOS RECURSOS .....	18
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	19
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	22
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	22



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

**EDITAL**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS - PR**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026**

Processo Administrativo nº 088/2026

Torna-se público que a Prefeitura do Município de Nova Tebas - Pr, por meio da Secretaria Municipal de Licitações e Contratos, sediado(a) na Avenida Belo Horizonte nº 695, centro, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é **Contratação de empresa visando a aquisição de cinco veículos (3 Hatch e 2 Sedan) destinados ao atendimento das demandas da Administração Pública Municipal, em especial a Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;





MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



M U N I C Í P I O D E  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema;

3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca se for o caso;



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

4.1.3. Fabricante se for o caso;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes



públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo R\$ 0,01 (reais).



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Como o sistema adotado na presente licitação é o de modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.





MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o





caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

d) Consulta restrições ao direito de contratar com a Administração Pública constante no site do TCE-PR (<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>)

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item e 3.5 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.10.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.10.3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência anexo 01 do presente edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia;

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação e equipe de apoio poderão sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.





MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.novatebas.pr.gov.br](http://www.novatebas.pr.gov.br) na aba de licitações bem como na sede da presente municipalidade.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação



9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.





MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que



M U N I C Í P I O D E  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, diretamente ao e-mail: [licitacao@novatebas.pr.gov.br](mailto:licitacao@novatebas.pr.gov.br).

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.1. O contrato decorrente da presente licitação poderá ser prorrogado conforme a necessidade da secretaria requisitante, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.novatebas.pr.gov.br](http://www.novatebas.pr.gov.br) na aba de licitações.
- 11.3. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 11.3.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 11.3.2. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- 11.3.3. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- 11.3.4. ANEXO III – Modelo de Proposta;
- 11.3.5. ANEXO IV – Layout Plotagem SESA – Layout Plotagem Braço do Município de Secretaria Municipal de Saúde;



M U N I C Í P I O D E  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

Nova Tebas-PR, 06 de maio de 2026.

**PEDRO  
LOURENÇO**

Assinado de forma digital  
por PEDRO LOURENÇO  
Dados: 2026.05.06  
11:15:46 -03'00'

**PEDRO LOURENÇO**

**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS – PR**



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS - PR**

Processo Administrativo nº 088/2026

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de empresa visando a aquisição de cinco veículos (3 Hatch e 2 Sedan) destinados ao atendimento das demandas da Administração Pública Municipal, em especial a Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social.

1.2. Observação: Em caso de divergência entre as informações disponibilizadas na plataforma Compras.gov.br e o conteúdo do edital quanto ao descritivo e unidades de medida dos itens, prevalecerão as disposições estabelecidas no edital.

ITEM	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS	UM	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	14222	Veículo de passeio, para transporte sanitário domiciliar, das equipes da atenção primária e para transporte de exames, vacinas e materiais de apoio às equipes de atenção primária. Aquisição de veículo automotor novo, zero quilômetro, do tipo hatch, devendo atender às seguintes especificações técnicas mínimas: Classificação: veículo de passeio, com carroceria hatchback, novo e sem uso. Ano de fabricação/modelo: mínimo 2025/2026 ou superior. Motorização: mínima 1.0, com potência mínima de 80 cv, admitindo-se variações desde que equivalentes ou superiores. Combustível: bicomcombustível (etanol e gasolina). Transmissão: automática, com no mínimo 6 (seis) marchas. Direção: assistida, podendo ser hidráulica ou elétrica. Capacidade: mínima de 5 (cinco) ocupantes, incluindo o condutor. Portas: 4 (quatro) portas laterais, além do compartimento de bagagem. Rodas: com aro mínimo de 15 polegadas. Porta-malas: capacidade mínima de 300 litros. Sistema de freios: dianteiros a disco, com sistema ABS e distribuição eletrônica de frenagem (EBD). Airbags: no mínimo 2 (dois), sendo para motorista e passageiro dianteiro. Vidros elétricos: nas quatro portas. Travas elétricas: com acionamento centralizado e comando na chave. Ar-condicionado: de fábrica. Sistema de som: rádio AM/FM com conectividade USB e Bluetooth, integrado ao painel. Cor externa: branco sólido. Acessórios adicionais: deverá acompanhar jogo de tapetes de borracha ou material equivalente (PVC) para todos os ocupantes, aplicação de película (insulfilm) nos vidros laterais e traseiro conforme normas do CONTRAN, bem como plotagem/adesivação conforme padrão a ser definido pela administração, licenciado e emplacado em nome da instituição responsável. Equipamentos obrigatórios: o veículo deverá conter todos os itens de segurança exigidos pela legislação vigente, conforme o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e	UN	3	R\$ 110.900,00	R\$ 332.700,00



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

		resoluções do CONTRAN. Garantia: garantia mínima de 12 meses e conforme legislação vigente de proteção ao consumidor (PROCON), devendo estar devidamente especificada no manual do fabricante.				
2	14222	Aquisição de veículo automotor tipo Sedan, zero quilômetro, com as seguintes especificações técnicas mínimas: Ano de fabricação/modelo: mínimo 2025/2026 ou superior. Configuração: carroceria tipo sedan. Capacidade: mínima de 5 (cinco) ocupantes, incluindo o condutor. Motorização: motor com no mínimo 3 (três) cilindros em linha, cilindrada mínima de 1.400 cm³ e potência mínima de 100 cv, admitindo-se variações equivalentes ou superiores. Combustível: sistema bicomustível (etanol e gasolina). Tração: dianteira. Sistema de alimentação: injeção eletrônica multiponto. Suspensão: dianteira independente e traseira com eixo de torção. Transmissão: automática. Direção: assistida, podendo ser hidráulica ou elétrica. Número de portas: 4 (quatro) portas laterais. Segurança: equipado com no mínimo 2 (dois) airbags frontais (motorista e passageiro), sistema de freios com ABS, controle de estabilidade e alarme antifurto perimétrico. Cintos de segurança: de 3 (três) pontos para todos os ocupantes, exceto o passageiro central traseiro, conforme permitido pela legislação vigente. Itens de conveniência: faróis de neblina, desembaçador do vidro traseiro, ar-condicionado, banco do motorista com ajuste de altura, retrovisores com regulagem elétrica, vidros elétricos nas quatro portas, volante multifuncional e conta-giros. Rodas: em liga leve. Acessórios: deverá acompanhar jogo de tapetes em borracha ou material equivalente (PVC) para todos os ocupantes, incluindo o motorista. Funcionalidades adicionais: abertura interna do porta-malas e da tampa do tanque de combustível. Sistema multimídia: central com tela sensível ao toque de, no mínimo, 7 polegadas, com conectividade Wi-Fi, rádio AM/FM, Bluetooth com transmissão de áudio, no mínimo 1 (uma) entrada USB, 1 (uma) saída HDMI, 1 (uma) entrada de áudio e vídeo, além de alto-falantes integrados. Película: aplicação de insulfilme nos vidros laterais e traseiro, em conformidade com as normas do CONTRAN. Cor externa: branco sólido. Equipamentos obrigatórios: o veículo deverá conter todos os itens exigidos pela legislação vigente, como triângulo de sinalização, chave de roda, pneu sobressalente, entre outros. Entrega: o veículo deverá ser entregue devidamente plotado/adensado conforme padrão do órgão contratante, licenciado e emplacado em nome da instituição responsável. Documentação: todos os equipamentos e acessórios deverão estar acompanhados de manuais de uso, certificados e termos de garantia. Garantia: garantia mínima de 12 meses e conforme legislação vigente de proteção ao consumidor (PROCON), devendo estar devidamente especificada no manual do fabricante.	UN	1	R\$ 136.422,50	R\$ 136.422,50
3	14222	Aquisição de veículo automotor tipo Sedan, zero quilômetro, com as seguintes especificações técnicas mínimas: Ano de fabricação/modelo: mínimo 2025/2026 ou superior. Configuração: carroceria tipo sedan. Capacidade: mínima de 5 (cinco) ocupantes, incluindo o condutor. Motorização: motor com no mínimo 3 (três) cilindros em	UN	1	R\$ 136.422,50	R\$ 136.422,50





MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

	<p>linha, cilindrada mínima de 1.400 cm³ e potência mínima de 100 cv, admitindo-se variações equivalentes ou superiores. Combustível: sistema bicomcombustível (etanol e gasolina). Tração: dianteira. Sistema de alimentação: injeção eletrônica multiponto. Suspensão: dianteira independente e traseira com eixo de torção. Transmissão: automática. Direção: assistida, podendo ser hidráulica ou elétrica. Número de portas: 4 (quatro) portas laterais. Segurança: equipado com no mínimo 2 (dois) airbags frontais (motorista e passageiro), sistema de freios com ABS, controle de estabilidade e alarme antifurto perimétrico. Cintos de segurança: de 3 (três) pontos para todos os ocupantes, exceto o passageiro central traseiro, conforme permitido pela legislação vigente. Itens de conveniência: faróis de neblina, desembaçador do vidro traseiro, ar-condicionado, banco do motorista com ajuste de altura, retrovisores com regulagem elétrica, vidros elétricos nas quatro portas, volante multifuncional e conta-giros. Rodas: em liga leve. Acessórios: deverá acompanhar jogo de tapetes em borracha ou material equivalente (PVC) para todos os ocupantes, incluindo o motorista. Funcionalidades adicionais: abertura interna do porta-malas e da tampa do tanque de combustível. Sistema multimídia: central com tela sensível ao toque de, no mínimo, 7 polegadas, com conectividade Wi-Fi, rádio AM/FM, Bluetooth com transmissão de áudio, no mínimo 1 (uma) entrada USB, 1 (uma) saída HDMI, 1 (uma) entrada de áudio e vídeo, além de alto-falantes integrados. Película: aplicação de insulfilm nos vidros laterais e traseiro, em conformidade com as normas do CONTRAN. Cor externa: branco sólido. Equipamentos obrigatórios: o veículo deverá conter todos os itens exigidos pela legislação vigente, como triângulo de sinalização, chave de roda, pneu sobressalente, entre outros. Entrega: o veículo deverá ser entregue devidamente plotado/adesivado conforme padrão do órgão contratante, licenciado e emplacado em nome da instituição responsável. Documentação: todos os equipamentos e acessórios deverão estar acompanhados de manuais de uso, certificados e termos de garantia. Garantia: garantia mínima de 12 meses e conforme legislação vigente de proteção ao consumidor (PROCON), devendo estar devidamente especificada no manual do fabricante. Veículo destinado a Secretaria de Assistência Social.</p>				
--	--	--	--	--	--

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.



1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado conforme a necessidade da presente secretaria, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1 Os objetos referentes a esta contratação, deverão serem entregues de acordo com as especificações detalhadas neste documento e nos demais documentos do processo. Por se tratar de veículos a serem adquiridos com recurso específico: Deverão serem entregues na sede do município, já plotado da seguinte forma:

- 4.1.1. Itens 01: Padrão SESA para o Programa de Qualificação de Atenção Primária & Saúde e logo do município e Secretaria de Saúde. Modelo SESA e Brasão do Município e Secretaria de Saúde anexos ao processo.
- 4.1.2. Itens 02: Brasão do Município e Secretaria de Saúde, anexos ao processo.
- 4.1.3. Item 03: Sem plotagem.

4.2 Aprovação e Verificação: o design do veículo deve ser aprovado pelo departamento de Direção de Frotas Municipal, para garantir a precisão e qualidade da aplicação.

### **DESCRIÇÃO DA GARANTIA**

4.3 A garantia consiste na prestação da empresa contratada, por todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/10/1990 — Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

4.4 A entrega e o funcionamento dos veículos, serão de responsabilidade única e exclusiva do licitante vencedor, sendo que havendo qualquer divergência com o solicitado, o mesmo deverá ter sua reposição imediata. Em caso de defeitos ou irregularidade, deverá ser corrigido em até 20 dias, contados da comunicação pelo órgão competente deste município;





4.5 Deverá conter garantia contra defeitos de fabricação conforme prazo estabelecidos pelo código de defesa do consumidor;

#### FORNECIMENTO

4.6 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumaria, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalizado do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.7 O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, as suas custas, sem prejuízo a administração pública.

4.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos itens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.

4.9 O fornecimento e entrega dos itens descritos nesse processo deverá ser prestado por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

4.10 O fornecimento e entrega dos itens deverão ter garantia, sem custos adicionais a Administração Pública.

4.11 A entrega e o funcionamento do item objeto desse processo, será de responsabilidade única e exclusiva do licitante vencedor, sendo que havendo qualquer divergência com o solicitado, o mesmo deverá ter sua reposição imediata; deverá conter garantia contra defeitos de fabricação conforme prazo estabelecidos pelo código de defesa do consumidor;

4.12 Os veículos deverão ser entregues no local indicado na Nota de Autorização de Compra em até 40 (quarenta) dias úteis;

4.13 A formalização do contrato deverá observar e conter as disposições da Resolução SESA nº 329/2015 Resolução anexa ao processo.

#### 5. PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do item qual o contratado se propôs a fornecer e mediante apresentação de nota fiscal e relatórios atestando regularidade do item;

5.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.



M U N I C Í P I O D E  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

5.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.6. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **6. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.6. A gestão e fiscalização de contratos será realizada pelos servidores designados através das portarias de nomeação emitidas pelo município, sendo as Portarias nº307/2023 e nº282/2025 de Fiscal de Contratos nas pessoas de Dhienilson Fernandes da Paz e Bruna Aparecida Luz e Portaria nº 309/2023 da Gestão de Contratos na pessoa de Gabriele Fiuza Stoski.

6.7. A execução do contrato deverá ser fiscalizada e acompanhada pelo Sr. Emerson Hrycyki - Diretor de Frotas, Sr. José Vagner Lino Manoel, Secretário Municipal de Saúde, Sra. Roseli Godoy - Secretária Municipal da Assistência Social.



M U N I C Í P I O D E  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. A resposta as Notificações de que se trata o item anterior deve ocorrer em no máximo 2 (dois) dias úteis.

6.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



6.18. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## 7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço pelo lote.

### Exigências de habilitação

7.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

7.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.



7.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

7.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

7.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa CNDT;

7.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

7.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

7.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso I](#));

7.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

#### **Outras comprovações**

7.22. Apresentar o catálogo e/ou a ficha técnica do veículo correspondente à marca e ao modelo ofertados.

### **8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

8.1. O valor da presente contratação será de **R\$ 605.545,00 (seiscentos e cinco mil e quinhentos e quarenta e cinco reais)**, conforme custos unitários apostos constantes no item 01 do presente termo.

### **9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Nova Tebas - Pr.

9.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO	FONTE
07.001.10.301.1001.2.701.449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5200-EA - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde – Estadual
07.001.10.301.1001.2.701.449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5011-EA - Receitas de Alienações de Ativos
07.001.10.301.1001.2.708.449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5200-EA - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Estadual



M U N I C Í P I O D E  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

10.003.08.243.0801.2.107.449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9633-EA - Repassa Estadual Política da Criança e Adolescente - Deliberação 13/2025 CEDCA/PR
07.001.10.301.1001.2.708.449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)





MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

**MINUTA DE CONTRATO**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**SERVIÇOS – LICITAÇÃO**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS – PR**  
**Pregão na forma eletrônica nº 032/2026**  
**Processo Administrativo nº 088/2026**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM  
ENTRE SI A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA  
TEBAS - PR, ..... E  
.....

A Prefeitura do Município de Nova Tebas - Pr com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 088/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão na forma Eletrônica nº 032/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Contratação de empresa visando a aquisição de cinco veículos (3 Hatch e 2 Sedan) destinados ao atendimento das demandas da Administração Pública Municipal, em especial a Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CAT/SERV	UM	QTDE	MARCA MODELO	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL. (R\$)
1							

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:





1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado conforme a necessidade da presente secretaria, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

## **5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos/prestados.*

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



**7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, sendo consultados nos índices IGPM, IPCA e INPC optando sempre pela escolha do índice mais vantajoso para administração, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 02 (dois) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 08 (oito) dias.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#));

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços aqui prestados.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

9.11. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.15. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.19. Os serviços do presente contrato deverão ser iniciados após o recebimento da ordem de fornecimento/execução, os quais deverão ser realizados em conformidade as especificações constantes nos itens do termo de referência anexo a este contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



M U N I C Í P I O D E  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.





MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa:**
  - (1) moratória de 10 % (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;





MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

(2) compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

13.1. *O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

13.2. *Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.*

13.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

- 13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na dotação abaixo discriminada:

PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO	FONTE
07.001.10.301.1001.2.701.449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5200-EA - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde – Estadual
07.001.10.301.1001.2.701.449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5011-EA - Receitas de Alienações de Ativos
07.001.10.301.1001.2.708.449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5200-EA - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Estadual
10.003.08.243.0801.2.107.449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9633-EA - Repassa Estadual Política da Criança e Adolescente - Deliberação 13/2025 CEDCA/PR
07.001.10.301.1001.2.708.449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

#### 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Manoel Ribas – Pr, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ANEXO - I DO TERMO DE CONTRATO  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS - PR**  
Processo Administrativo nº 088/2026

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de empresa visando a aquisição de cinco veículos (3 Hatch e 2 Sedan) destinados ao atendimento das demandas da Administração Pública Municipal, em especial a Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social.

1.2. Observação: Em caso de divergência entre as informações disponibilizadas na plataforma Compras.gov.br e o conteúdo do edital quanto ao descritivo e unidades de medida dos itens, prevalecerão as disposições estabelecidas no edital.

ITEM	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS	UM	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	14222	Veículo de passeio, para transporte sanitário domiciliar, das equipes da atenção primária e para transporte de exames, vacinas e materiais de apoio às equipes de atenção primária. Aquisição de veículo automotor novo, zero quilômetro, do tipo hatch, devendo atender às seguintes especificações técnicas mínimas: Classificação: veículo de passeio, com carroceria hatchback, novo e sem uso. Ano de fabricação/modelo: mínimo 2025/2026 ou superior. Motorização: mínima 1.0, com potência mínima de 80 cv, admitindo-se variações desde que equivalentes ou superiores. Combustível: bicomcombustível (etanol e gasolina). Transmissão: automática, com no mínimo 6 (seis) marchas. Direção: assistida, podendo ser hidráulica ou elétrica. Capacidade: mínima de 5 (cinco) ocupantes, incluindo o condutor. Portas: 4 (quatro) portas laterais, além do compartimento de bagagem. Rodas: com aro mínimo de 15 polegadas. Porta-malas: capacidade mínima de 300 litros. Sistema de freios: dianteiros a disco, com sistema ABS e distribuição eletrônica de frenagem (EBD). Airbags: no mínimo 2 (dois), sendo para motorista e passageiro dianteiro. Vidros elétricos: nas quatro portas. Travas elétricas: com acionamento centralizado e comando na chave. Ar-condicionado: de fábrica. Sistema de som: rádio AM/FM com conectividade USB e Bluetooth, integrado ao painel. Cor externa: branco sólido. Acessórios adicionais: deverá acompanhar jogo de tapetes de borracha ou material equivalente (PVC) para todos os ocupantes, aplicação de película (insulfilm) nos vidros laterais e traseiro conforme normas do CONTRAN, bem como plotagem/adesivação conforme padrão a ser definido pela administração, licenciado e emplacado em nome da instituição responsável. Equipamentos obrigatórios: o veículo deverá conter todos os itens de segurança exigidos pela legislação vigente, conforme o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e resoluções do CONTRAN. Garantia: garantia mínima de 12 meses e conforme legislação vigente de proteção ao	UN	3	R\$ 110.900,00	R\$ 332.700,00



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

		consumidor (PROCON), devendo estar devidamente especificada no manual do fabricante.				
2	14222	Aquisição de veículo automotor tipo Sedan, zero quilômetro, com as seguintes especificações técnicas mínimas: Ano de fabricação/modelo: mínimo 2025/2026 ou superior. Configuração: carroceria tipo sedan. Capacidade: mínima de 5 (cinco) ocupantes, incluindo o condutor. Motorização: motor com no mínimo 3 (três) cilindros em linha, cilindrada mínima de 1.400 cm³ e potência mínima de 100 cv, admitindo-se variações equivalentes ou superiores. Combustível: sistema bicomcombustível (etanol e gasolina). Tração: dianteira. Sistema de alimentação: injeção eletrônica multiponto. Suspensão: dianteira independente e traseira com eixo de torção. Transmissão: automática. Direção: assistida, podendo ser hidráulica ou elétrica. Número de portas: 4 (quatro) portas laterais. Segurança: equipado com no mínimo 2 (dois) airbags frontais (motorista e passageiro), sistema de freios com ABS, controle de estabilidade e alarme antifurto perimétrico. Cintos de segurança: de 3 (três) pontos para todos os ocupantes, exceto o passageiro central traseiro, conforme permitido pela legislação vigente. Itens de conveniência: faróis de neblina, desembaçador do vidro traseiro, ar-condicionado, banco do motorista com ajuste de altura, retrovisores com regulagem elétrica, vidros elétricos nas quatro portas, volante multifuncional e conta-giros. Rodas: em liga leve. Acessórios: deverá acompanhar jogo de tapetes em borracha ou material equivalente (PVC) para todos os ocupantes, incluindo o motorista. Funcionalidades adicionais: abertura interna do porta-malas e da tampa do tanque de combustível. Sistema multimídia: central com tela sensível ao toque de, no mínimo, 7 polegadas, com conectividade Wi-Fi, rádio AM/FM, Bluetooth com transmissão de áudio, no mínimo 1 (uma) entrada USB, 1 (uma) saída HDMI, 1 (uma) entrada de áudio e vídeo, além de alto-falantes integrados. Película: aplicação de insulfilm nos vidros laterais e traseiro, em conformidade com as normas do CONTRAN. Cor externa: branco sólido. Equipamentos obrigatórios: o veículo deverá conter todos os itens exigidos pela legislação vigente, como triângulo de sinalização, chave de roda, pneu sobressalente, entre outros. Entrega: o veículo deverá ser entregue devidamente plotado/adesivado conforme padrão do órgão contratante, licenciado e emplacado em nome da instituição responsável. Documentação: todos os equipamentos e acessórios deverão estar acompanhados de manuais de uso, certificados e termos de garantia. Garantia: garantia mínima de 12 meses e conforme legislação vigente de proteção ao consumidor (PROCON), devendo estar devidamente especificada no manual do fabricante.	UN	1	R\$ 136.422,50	R\$ 136.422,50
3	14222	Aquisição de veículo automotor tipo Sedan, zero quilômetro, com as seguintes especificações técnicas mínimas: Ano de fabricação/modelo: mínimo 2025/2026 ou superior. Configuração: carroceria tipo sedan. Capacidade: mínima de 5 (cinco) ocupantes, incluindo o condutor. Motorização: motor com no mínimo 3 (três) cilindros em linha, cilindrada mínima de 1.400 cm³ e potência mínima de 100 cv, admitindo-se variações equivalentes ou superiores.	UN	1	R\$ 136.422,50	R\$ 136.422,50





MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

	<p>Combustível: sistema bicomcombustível (etanol e gasolina). Tração: dianteira. Sistema de alimentação: injeção eletrônica multiponto. Suspensão: dianteira independente e traseira com eixo de torção. Transmissão: automática. Direção: assistida, podendo ser hidráulica ou elétrica. Número de portas: 4 (quatro) portas laterais. Segurança: equipado com no mínimo 2 (dois) airbags frontais (motorista e passageiro), sistema de freios com ABS, controle de estabilidade e alarme antifurto perimétrico. Cintos de segurança: de 3 (três) pontos para todos os ocupantes, exceto o passageiro central traseiro, conforme permitido pela legislação vigente. Itens de conveniência: faróis de neblina, desembaçador do vidro traseiro, ar-condicionado, banco do motorista com ajuste de altura, retrovisores com regulagem elétrica, vidros elétricos nas quatro portas, volante multifuncional e conta-giros. Rodas: em liga leve. Acessórios: deverá acompanhar jogo de tapetes em borracha ou material equivalente (PVC) para todos os ocupantes, incluindo o motorista. Funcionalidades adicionais: abertura interna do porta-malas e da tampa do tanque de combustível. Sistema multimídia: central com tela sensível ao toque de, no mínimo, 7 polegadas, com conectividade Wi-Fi, rádio AM/FM, Bluetooth com transmissão de áudio, no mínimo 1 (uma) entrada USB, 1 (uma) saída HDMI, 1 (uma) entrada de áudio e vídeo, além de alto-falantes integrados. Película: aplicação de insulfilm nos vidros laterais e traseiro, em conformidade com as normas do CONTRAN. Cor externa: branco sólido. Equipamentos obrigatórios: o veículo deverá conter todos os itens exigidos pela legislação vigente, como triângulo de sinalização, chave de roda, pneu sobressalente, entre outros. Entrega: o veículo deverá ser entregue devidamente plotado/adesivado conforme padrão do órgão contratante, licenciado e emplacado em nome da instituição responsável. Documentação: todos os equipamentos e acessórios deverão estar acompanhados de manuais de uso, certificados e termos de garantia. Garantia: garantia mínima de 12 meses e conforme legislação vigente de proteção ao consumidor (PROCON), devendo estar devidamente especificada no manual do fabricante. Veículo destinado a Secretaria de Assistência Social.</p>				
--	--	--	--	--	--

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado conforme a necessidade da presente secretaria, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.





## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1 Os objetos referentes a esta contratação, deverão serem entregues de acordo com as especificações detalhadas neste documento e nos demais documentos do processo. Por se tratar de veículos a serem adquiridos com recurso específico: Deverão serem entregues na sede do município, já plotado da seguinte forma:

- 4.1.1. Itens 01: Padrão SESA para o Programa de Qualificação de Atenção Primária & Saúde e logo do município e Secretaria de Saúde. Modelo SESA e Brasão do Município e Secretaria de Saúde anexos ao processo.
- 4.1.2. Itens 02: Brasão do Município e Secretaria de Saúde, anexos ao processo.
- 4.1.3. Item 03: Sem plotagem.

4.2 Aprovação e Verificação: o design do veículo deve ser aprovado pelo departamento de Direção de Frotas Municipal, para garantir a precisão e qualidade da aplicação.

### **DESCRIÇÃO DA GARANTIA**

4.3 A garantia consiste na prestação da empresa contratada, por todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/10/1990 — Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

4.4 A entrega e o funcionamento dos veículos, serão de responsabilidade única e exclusiva do licitante vencedor, sendo que havendo qualquer divergência com o solicitado, o mesmo deverá ter sua reposição imediata. Em caso de defeitos ou irregularidade, deverá ser corrigido em até 20 dias, contados da comunicação pelo órgão competente deste município;

4.5 Deverá conter garantia contra defeitos de fabricado conforme prazo estabelecidos pelo código de defesa do consumidor;

### **FORNECIMENTO**



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

4.6 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumaria, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalizado do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.7 O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, as suas custas, sem prejuízo a administração pública.

4.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos itens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.

4.9 O fornecimento e entrega dos itens descritos nesse processo deverá ser prestado por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

4.10 O fornecimento e entrega dos itens deverão ter garantia, sem custos adicionais a Administração Pública.

4.11 A entrega e o funcionamento do item objeto desse processo, será de responsabilidade única e exclusiva do licitante vencedor, sendo que havendo qualquer divergência com o solicitado, o mesmo deverá ter sua reposição imediata; deverá conter garantia contra defeitos de fabricação conforme prazo estabelecidos pelo código de defesa do consumidor;

4.12 Os veículos deverão ser entregues no local indicado na Nota de Autorização de Compra em até 40 (quarenta) dias úteis;

4.13 A formalização do contrato deverá observar e conter as disposições da Resolução SESA nº 329/2015 Resolução anexa ao processo.

## **5. PAGAMENTO**

5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do item qual o contratado se propôs a fornecer e mediante apresentação de nota fiscal e relatórios atestando regularidade do item;

5.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

5.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



5.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.6. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **6. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.6. A gestão e fiscalização de contratos será realizada pelos servidores designados através das portarias de nomeação emitidas pelo município, sendo as Portarias nº307/2023 e nº282/2025 de Fiscal de Contratos nas pessoas de Dhienilson Fernandes da Paz e Bruna Aparecida Luz e Portaria nº 309/2023 da Gestão de Contratos na pessoa de Gabriele Fiuza Stoski.

6.7. A execução do contrato deverá ser fiscalizada e acompanhada pelo Sr. Emerson Hrycyki - Diretor de Frotas, Sr. José Vagner Lino Manoel, Secretário Municipal de Saúde, Sra. Roseli Godoy - Secretária Municipal da Assistência Social.

6.8. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

6.9. A resposta as Notificações de que se trata o item anterior deve ocorrer em no máximo 2 (dois) dias úteis.

6.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.18. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.



6.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## 7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço pelo lote.

### Exigências de habilitação

7.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

7.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



7.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

7.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

7.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa CNDT;

7.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.





MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

7.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

7.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso I](#));

7.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

**Outras comprovações**

7.22. Apresentar o catálogo e/ou a ficha técnica do veículo correspondente à marca e ao modelo ofertados.

**8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

8.1. O valor da presente contratação será de **R\$ 605.545,00 (seiscentos e cinco mil e quinhentos e quarenta e cinco reais)**, conforme custos unitários apostos constantes no item 01 do presente termo.

**9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Nova Tebas - Pr.

9.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO	FONTE
07.001.10.301.1001.2.701.449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5200-EA - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde – Estadual
07.001.10.301.1001.2.701.449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5011-EA - Receitas de Alienações de Ativos
07.001.10.301.1001.2.708.449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5200-EA - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Estadual
10.003.08.243.0801.2.107.449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9633-EA - Repassa Estadual Política da Criança e Adolescente - Deliberação 13/2025 CEDCA/PR
07.001.10.301.1001.2.708.449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)





MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

**ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA;**

**MODELO DE PROPOSTA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TEBAS - PR**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026**  
**Processo Administrativo n.º 088/2026**

**PROPOSTA DE PREÇOS**  
**COMPOSIÇÃO DOS VALORES DA CONTRATAÇÃO**

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_ estabelecida na rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, cidade – UF, para o fornecimento de bens para a Prefeitura Municipal de Nova Tebas/PR, conforme estabelecido no Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/2025 e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Xxxx	Xx	Xx	Xxx	Xxx
02	Xxx	Xxx	Xxx	Xxx	Xxx
03	Xxx	Xxx	Xxx	Xxx	Xxx
	TOTAL				XXX

Dados bancários vinculados ao CNPJ:

Banco: Agência: Conta:

**A EMPRESA \_\_\_\_\_, DECLARA QUE:**

O prazo de validade da proposta é de \_\_\_\_\_ () dias (mínimo \_\_\_\_ dias).

Estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência e Minuta do Contrato.

Estão inclusos nos valores cotados todos os impostos, taxas, seguros, transporte, uniforme e EPI's, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias, taxa de administração, lucro, bem como, todos os outros custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto desta contratação

Assinatura do Responsável da empresa \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



M U N I C Í P I O D E  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

ANEXO IV – Layout Plotagem SESA – Layout Plotagem Braço do Município de Secretaria Municipal de Saúde;

# Veículos SESA

# Carros Hatch

Aplicação de adesivo de recorte.  
A diagramação ao lado se aplica a qualquer modelo de veículo leve hatch (gol, onix, ka, sandero, kwid, hb20, etc.). É necessário analisar a aplicação das marcas levando em conta o deslocamento influenciado por frisos e barras.

## CORES PREDOMINANTES



Adesivo: Oracal linha 6510  
verde fluorescente green

**PANTONE 802C**

C64 M0 Y100 K0



Adesivo: Azul Oracal  
linha 651 código 562

**PANTONE 540C**

C100 M82 Y38 K31

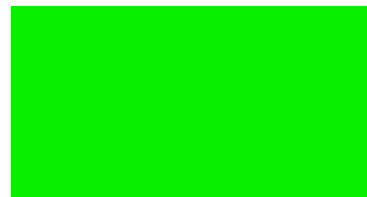


# Carros Sedan

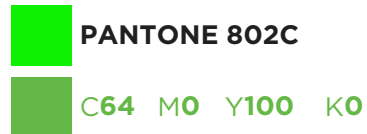
Aplicação de adesivo de recorte.  
A diagramação ao lado se aplica  
a qualquer modelo de veículo sedan  
(fluence, logan, voyage, fiesta sedan, etc.).  
É necessário analisar a aplicação  
das marcas levando em conta  
o deslocamento influenciado  
por frisos e barras.



## CORES PREDOMINANTES



Adesivo: Oracal linha 6510  
verde fluorescente green



Adesivo: Azul Oracal  
linha 651 código 562



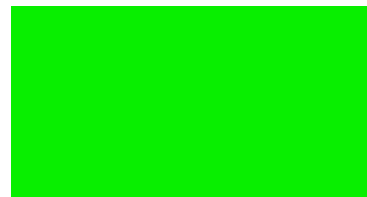


# Vans

Aplicação de adesivo de recorte.  
A diagramação ao lado se aplica  
a qualquer modelo van.  
É necessário analisar a aplicação  
das marcas levando em conta  
o deslocamento influenciado  
por frisos e barras.



## CORES PREDOMINANTES



Adesivo: Oracal linha 6510  
verde fluorescente green

**PANTONE 802C**

**C64 M0 Y100 K0**



Adesivo: Azul Oracal  
linha 651 código 562

**PANTONE 540C**

**C100 M82 Y38 K31**



# Ambulâncias

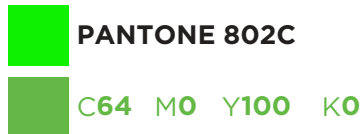
Aplicação de adesivo de recorte.  
A diagramação ao lado se aplica  
a qualquer modelo van ambulância.  
É necessário analisar a aplicação  
das marcas levando em conta  
o deslocamento influenciado  
por frisos e barras.



## CORES PREDOMINANTES



Adesivo: Oracal linha 6510  
verde fluorescente green



PANTONE 802C

C64 M0 Y100 K0



Adesivo: Azul Oracal  
linha 651 código 562



PANTONE 540C

C100 M82 Y38 K31





# Ônibus

Aplicação de adesivo de recorte.  
A diagramação ao lado se aplica a qualquer modelo de ônibus.  
É necessário analisar a aplicação das marcas levando em conta o deslocamento influenciado por frisos e barras.

## CORES PREDOMINANTES



Adesivo: Oracal linha 6510  
verde fluorescente green

**PANTONE 802C**

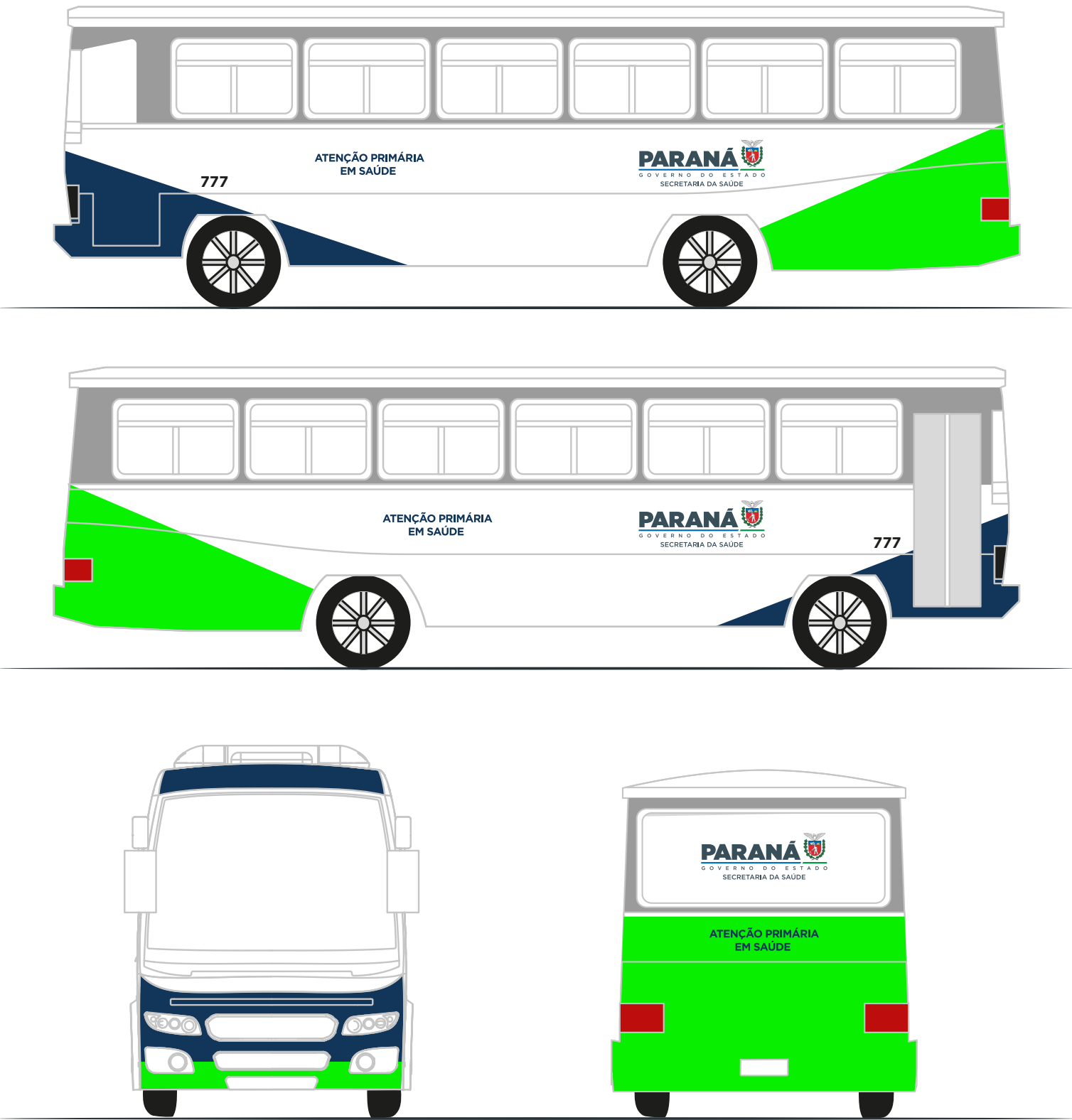
**C64 M0 Y100 K0**



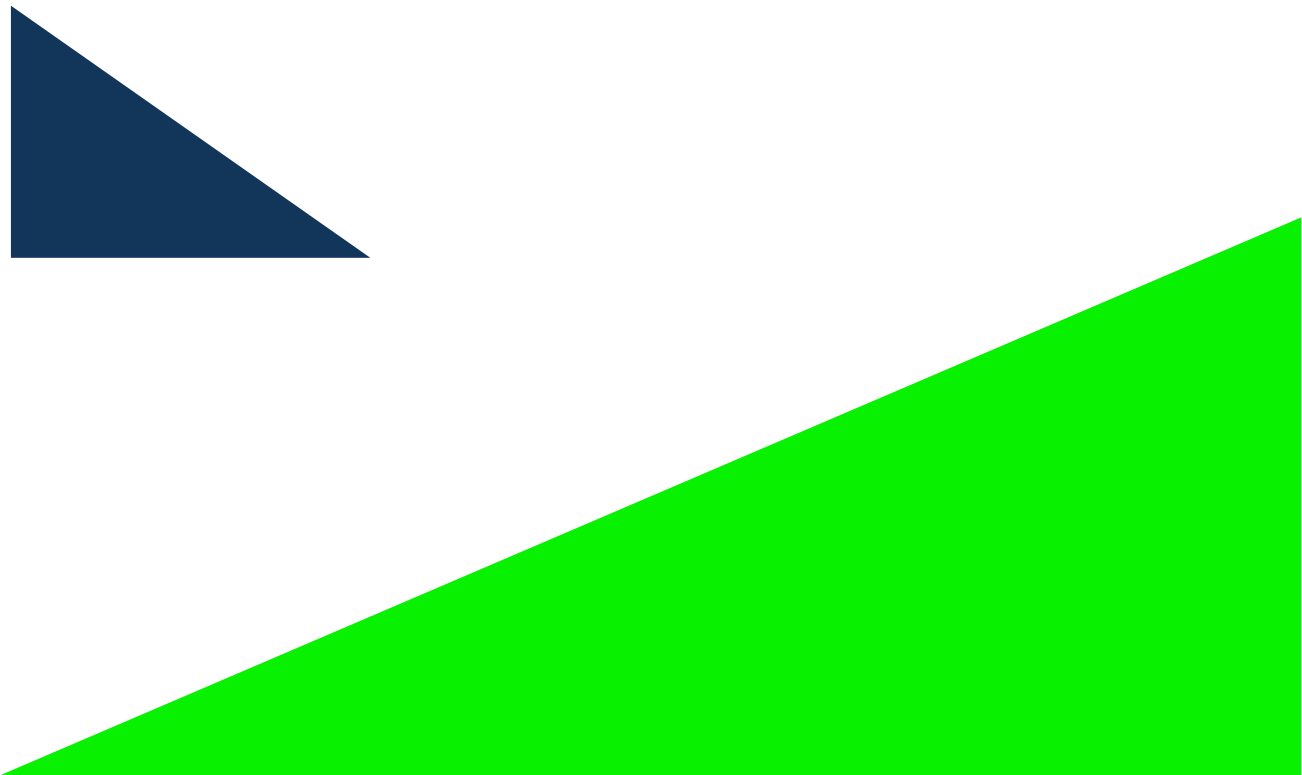
Adesivo: Azul Oracal  
linha 651 código 562

**PANTONE 540C**

**C100 M82 Y38 K31**



Itens isolados



ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

ATENÇÃO PRIMÁRIA  
EM SAÚDE



AMBULÂNCIA



SECRETARIA MUNICIPAL DE



**SAÚDE**

NOVA TEBAS - PR

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVAS TEBAS - PR

**Estudo Técnico Preliminar 35/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 100

**2. Descrição da necessidade**

O presente processo licitatório visa à aquisição de cinco veículos (3 Hatch e 2 Sedan) destinados ao atendimento das demandas da administração pública municipal, em especial a Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social.

**2.1 JUSTIFICATIVA**

Considerando que o município de Nova Tebas tem uma estrutura de unidades de saúde voltada ao atendimento do Sistema Único de Saúde – SUS, composto por: três Unidade Básica de Saúde, três postos de saúde, Farmácia Municipal, Centro Especializado de Recuperação Integrada, que dispõe de fisioterapeuta, nutricionista, assistente social, psicólogo, Três polos de academia de saúde.

Considerando que, conforme preconiza a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990), o Sistema Único de Saúde (SUS) deve garantir a integralidade da assistência, abrangendo desde ações de promoção e proteção à saúde até a recuperação e reabilitação dos pacientes, sendo obrigação do município buscar alternativas para assegurar o atendimento adequado às necessidades locais.

Considerando a necessidade constante em manter o atendimento aos serviços públicos essenciais e inadiáveis à população, faz -se necessário a aquisição de bens que possibilitem condições para a adequada prestação de alguns serviços;

A aquisição dos objetos do processo esta amparada pela Resolução SESA nº 1.137/2025, onde trata de transporte sanitário nos Municípios no Programa de Qualificação de Atenção Primária à Saúde. E Emenda Parlamentar com nº de proposta: 09588897000125010 de 2025.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Secretário Municipal de Saúde	José Wagner Lino Manoel
Secretária Municipal de Assistência Social	Roseli Godoi

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

Os objetos referente a esta contratação, deverão serem entregues de acordo com as especificações detalhadas neste documento e nos demais documentos do processo. Por se tratar de veículos a serem adquiridos com recurso específico: Deverão serem entregues na sede do município, já plotado da seguinte forma:

Itens 01: Padrão SESA para o Programa de Qualificação de Atenção Primária à Saúde e logo do município e Secretaria de Saúde. Modelo SESA e Brasão do Município e Secretaria de Saúde anexos ao processo.

Itens 02: Brasão do Município e Secretaria de Saúde, anexos ao processo.

Item 03: Sem plotagem.

Aprovação e Verificação: o design do veículo deve ser aprovado pelo departamento de Direção de Frotas Municipal, para garantir a precisão e qualidade da aplicação.

#### **4.1 DESCRIÇÃO DA GARANTIA**

A garantia consiste na prestação da empresa contratada, por todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11 /09 /1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

A entrega e o funcionamento dos veículos, serão de responsabilidade única e exclusiva do licitante vencedor, sendo que havendo qualquer divergência com o solicitado, o mesmo deverá ter sua reposição imediata.

Em caso de defeitos ou irregularidade, deverá ser corrigido em até 20 dias, contados da comunicação pelo órgão competente deste município;

Devera conter garantia contra defeitos de fabricação conforme prazo estabelecidos pelo código de defesa do consumidor;

#### **4.2 FORNECIMENTO E PAGAMENTO**

Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo a administração pública.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos itens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.

O fornecimento e entrega dos itens descritos nesse processo deverá ser prestado por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

O fornecimento e entrega dos itens deverão ter garantia, sem custos adicionais à Administração Pública.

A entrega e o funcionamento do item objeto desse processo, será de responsabilidade única e exclusiva do licitante vencedor, sendo que havendo qualquer divergência com o solicitado, o mesmo deverá ter sua reposição imediata;

Devera conter garantia contra defeitos de fabricação conforme prazo estabelecidos pelo código de defesa do consumidor;

Os veículos deverão ser entregues no local indicado na Nota de Autorização de Compra em até 40 dias úteis;

O pagamento será efetuado em até 30 dias após a entrega do item qual o contratado se propôs a fornecer e mediante apresentação de nota fiscal e relatórios atestando regularidade do item;

A formalização do contrato deverá observar e conter as disposições da Resolução SESA nº 329/2015 - Resolução anexa ao processo.

#### **4.3 VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado em caso de arbítrio próprio da administração contratante, observadas os seus interesses e de acordo com os limites e condições previstos na legislação vigente.

#### **4.4 DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

Item 01 e 02 - Será alocado na dotação orçamentaria: 5211.

Item 03 - Será alocado na dotação orçamentaria: 963.

#### **4.5 FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

Item 01 e 02 - Responsável provisório o senhor: Emerson Hrycyki - Diretor de Frotas e o responsável definitivo o senhor José Vagner Lino Manoel - Secretário Municipal de Saúde.

Item 03 - Responsável provisório o senhor: Emerson Hrycyki - Diretor de Frotas e o responsável definitivo a Senhora Roseli Godoy - Secretária Municipal da Assistência Social.

### **5. Levantamento de Mercado**

Dentro do presente estudo, foi realizado pesquisa de fornecedores com a finalidade de compor a cesta de preços, mas também de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades desta municipalidade, as que foram identificadas, estão incorporadas nesta contratação em análise;

A pesquisa esta composta por fornecedores físicos, PNCP, Contrato dos Municípios de Araruna/PR, Pariquera-Açu/SP, Santa Izabel do Oeste/PR e Cravinhos/SP. Podemos colocar em destaque as contratações de entes públicos, demonstra que a aquisição de veículos é uma constante.

#### **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 045/2026 - Município de Araruna/PR**

OBJETIVO: Aquisição de veículo sendo: Lote 01 - 01 (UM) VEÍCULO HATCH, Marca Fiat, Modelo Argo Drive 1.3 Flex - Fabricação/modelo 2025/2025 ou superior (novo, zero km), potência de 107 CV (E) e 98 CV (G), capacidade de 5 ocupantes, garantia de 36 meses, tanque de combustível cheio e demais características técnicas constantes na proposta de preços da proponente anexa parte integrante do Procedimento Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116/2025 - SECID - Lote 01 - e-Protocolo nº 22.199.244-0.

#### **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 05/2026 - Município de Pariquera-Açu/SP**

OBJETIVO: O objeto da presente licitação é a escolha de proposta mais vantajosa para AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS (MINI VAN / SUV E HATCH) EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DE ESPORTES DESTE MUNICÍPIO, conforme especificações técnicas estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e demais documentos anexos.

#### **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 01/2026 - Município de Cravinhos/SP**

OBJETIVO: Constitui objeto do presente contrato, a aquisição de 01 (um) veículo zero quilômetro (Tipo sedan 05 portas-automático) conforme condições, quantidades e especificações técnicas contidas no Edital e anexos.

#### **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 88/2026 - Município de Santa Izabel do Oeste/PR**

OBJETIVO: O presente contrato tem objeto a aquisição de veículos novos, 0 Km, automotor, SEDAN, conforme especificações do termo de Referência, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Santa Izabel do Oeste/PR com Recursos da Resolução SESA nº 1037/2025, Resolução SESA nº 1156/2025, Recursos



Estaduais, Federais e Próprios, conforme especificações, quantitativos, prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente processo.

Diante da natureza dos objetos a serem adquiridos, o mesmo teria outras formas de solucionar a problemática, um deles seria a locação de veículo, mas tendo em vista que a Administração foi contemplada com a Resolução SESA nº 1.137/2025, onde trata de transporte sanitário nos Municípios no Programa de Qualificação de Atenção Primária à Saúde. E Emenda Parlamentar com nº de proposta: 09588897000125010 de 2025, para realizar aquisição de veículos, onde o município terá que prestar contas da alocação desses recursos com a justificativa dos patrimônios adquiridos, sendo assim faz-se necessário a aquisição do item. Por fim, com o exposto, esta equipe conclui que se deve realizar licitação própria.

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na aquisição de 05 (cinco) veículos automotores novos, zero quilômetro, devidamente licenciados e emplacados, visando atender às demandas operacionais da Administração Pública Municipal, conforme detalhamento a seguir:

- 03 (três) veículos do tipo hatch, destinados às atividades da Atenção Primária à Saúde, com a finalidade de viabilizar o deslocamento de equipes multiprofissionais, realização de visitas domiciliares, transporte de insumos e apoio às ações de promoção, prevenção e acompanhamento da saúde da população;
- 01 (um) veículo do tipo sedan, destinado à Secretaria Municipal da Saúde e Atenção Primária à Saúde, para atendimento das demandas administrativas, deslocamento de servidores e apoio às atividades institucionais da pasta;
- 01 (um) veículo do tipo sedan, destinado à Secretaria Municipal de Assistência Social, com o objetivo de garantir suporte logístico às ações sociais, visitas técnicas, acompanhamento de usuários e execução de programas sociais.

Os veículos deverão atender às especificações técnicas mínimas a serem definidas no Termo de Referência, contemplando requisitos de segurança, eficiência, conforto e economicidade, observando as normas vigentes e as necessidades específicas de cada setor demandante.

A presente solução visa promover a renovação e/ou ampliação da frota municipal, assegurando maior eficiência na prestação dos serviços públicos, redução de custos com manutenção corretiva de veículos antigos, maior confiabilidade nos deslocamentos e melhoria na qualidade do atendimento à população.

A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, adotando-se o critério de julgamento de menor preço, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO		
		BR/	UND/MED	QTDE
		CATMAT		

Veículo de passeio, para transporte sanitário domiciliar, das equipes da atenção primária e para transporte de exames, vacinas e materiais de apoio às equipes de atenção primária.  
Aquisição de veículo automotor novo, zero quilômetro, do tipo hatch, devendo atender às seguintes especificações técnicas mínimas: Classificação: veículo

1	<p>de passeio, com carroceria hatchback, novo e sem uso. Ano de fabricação /modelo: mínimo 2025/2026 ou superior. Motorização: mínima 1.0, com potência mínima de 80 cv, admitindo-se variações desde que equivalentes ou superiores. Combustível: bicomcombustível (etanol e gasolina). Transmissão: automática, com no mínimo 6 (seis) marchas. Direção: assistida, podendo ser hidráulica ou elétrica. Capacidade: mínima de 5 (cinco) ocupantes, incluindo o condutor. Portas: 4 (quatro) portas laterais, além do compartimento de bagagem. Rodas: com aro mínimo de 15 polegadas. Porta-malas: capacidade mínima de 300 litros. Sistema de freios: dianteiros a disco, com sistema ABS e distribuição eletrônica de frenagem (EBD). Airbags: no mínimo 2 (dois), sendo para motorista e passageiro dianteiro. Vidros elétricos: nas quatro portas. Travas elétricas: com acionamento centralizado e comando na chave. Ar-condicionado: de fábrica. Sistema de som: rádio AM/FM com conectividade USB e Bluetooth, integrado ao painel. Cor externa: branco sólido. Acessórios adicionais: deverá acompanhar jogo de tapetes de borracha ou material equivalente (PVC) para todos os ocupantes, aplicação de película (insulfilm) nos vidros laterais e traseiro conforme normas do CONTRAN, bem como plotagem/adesivação conforme padrão a ser definido pela administração, licenciado e emplacado em nome da instituição responsável. Equipamentos obrigatórios: o veículo deverá conter todos os itens de segurança exigidos pela legislação vigente, conforme o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e resoluções do CONTRAN. Garantia: garantia mínima de 12 meses e conforme legislação vigente de proteção ao consumidor (PROCON), devendo estar devidamente especificada no manual do fabricante.</p>	14222	UM	3
---	---	-------	----	---

2	<p>Aquisição de veículo automotor tipo Sedan, zero quilômetro, com as seguintes especificações técnicas mínimas: Ano de fabricação/modelo: mínimo 2025/2026 ou superior. Configuração: carroceria tipo sedan. Capacidade: mínima de 5 (cinco) ocupantes, incluindo o condutor. Motorização: motor com no mínimo 3 (três) cilindros em linha, cilindrada mínima de 1.400 cm³ e potência mínima de 100 cv, admitindo-se variações equivalentes ou superiores. Combustível: sistema bicomcombustível (etanol e gasolina). Tração: dianteira. Sistema de alimentação: injeção eletrônica multiponto. Suspensão: dianteira independente e traseira com eixo de torção. Transmissão: automática. Direção: assistida, podendo ser hidráulica ou elétrica. Número de portas: 4 (quatro) portas laterais. Segurança: equipado com no mínimo 2 (dois) airbags frontais (motorista e passageiro), sistema de freios com ABS, controle de estabilidade e alarme antifurto perimétrico. Cintos de segurança: de 3 (três) pontos para todos os ocupantes, exceto o passageiro central traseiro, conforme permitido pela legislação vigente. Itens de conveniência: faróis de neblina, desembaçador do vidro traseiro, ar-condicionado, banco do motorista com ajuste de altura, retrovisores com regulagem elétrica, vidros elétricos nas quatro portas, volante multifuncional e conta-giros. Rodas: em liga leve. Acessórios: deverá acompanhar jogo de tapetes em borracha ou material equivalente (PVC) para todos os ocupantes, incluindo o motorista. Funcionalidades adicionais: abertura interna do porta-malas e da tampa do tanque de combustível. Sistema multimídia: central com tela sensível ao toque de, no mínimo, 7 polegadas, com conectividade Wi-Fi, rádio AM/FM, Bluetooth com transmissão de áudio, no mínimo 1 (uma) entrada USB, 1 (uma) saída HDMI, 1 (uma) entrada de áudio e vídeo, além de alto-falantes integrados. Película: aplicação de insulfilm nos vidros laterais e traseiro, em conformidade com as normas do CONTRAN. Cor externa: branco sólido. Equipamentos obrigatórios: o veículo deverá conter todos os itens exigidos pela legislação vigente, como triângulo de sinalização, chave de roda, pneu sobressalente, entre outros. Entrega: o veículo deverá ser entregue devidamente plotado/adesivado conforme padrão do órgão contratante, licenciado e emplacado em nome da instituição responsável. Documentação: todos os equipamentos e acessórios deverão estar acompanhados de manuais de uso, certificados e termos de garantia. Garantia: garantia mínima de 12 meses e conforme legislação vigente de proteção ao consumidor (PROCON), devendo estar devidamente especificada no manual do fabricante.</p>	14222	UM	1
---	---	-------	----	---

Aquisição de veículo automotor tipo Sedan, zero quilômetro, com as seguintes especificações técnicas mínimas: Ano de fabricação/modelo: mínimo 2025/2026 ou superior. Configuração: carroceria tipo sedan. Capacidade: mínima de 5 (cinco) ocupantes, incluindo o condutor. Motorização: motor com no mínimo 3 (três) cilindros em linha, cilindrada mínima de 1.400 cm³ e potência mínima de 100 cv, admitindo-se variações equivalentes ou superiores. Combustível: sistema bicomcombustível (etanol e gasolina). Tração: dianteira. Sistema de alimentação: injeção eletrônica multiponto. Suspensão: dianteira independente e traseira com eixo de torção. Transmissão: automática. Direção: assistida, podendo ser hidráulica ou elétrica. Número de portas: 4 (quatro) portas laterais. Segurança: equipado com no mínimo 2 (dois) airbags frontais (motorista e passageiro), sistema de freios com ABS, controle de estabilidade e alarme antifurto perimétrico. Cintos de segurança: de 3 (três) pontos para todos os ocupantes, exceto o passageiro central traseiro, conforme permitido pela legislação vigente. Itens de conveniência: faróis de neblina, desembaçador do vidro traseiro, ar-condicionado, banco do motorista com ajuste de altura, retrovisores com regulagem elétrica, vidros elétricos nas quatro portas, volante multifuncional e conta-giros. Rodas: em liga leve. Acessórios: deverá acompanhar jogo de tapetes em borracha ou material equivalente (PVC) para todos os ocupantes, incluindo o motorista. Funcionalidades adicionais: abertura interna do porta-malas e da tampa do tanque de combustível. Sistema multimídia: central com tela sensível ao toque de, no mínimo, 7 polegadas, com conectividade Wi-Fi, rádio AM/FM, Bluetooth com transmissão de áudio, no mínimo 1 (uma) entrada USB, 1 (uma) saída HDMI, 1 (uma) entrada de áudio e vídeo, além de alto-falantes integrados. Película: aplicação de insulfilm nos vidros laterais e traseiro, em conformidade com as normas do CONTRAN. Cor externa: branco sólido. Equipamentos obrigatórios: o veículo deverá conter todos os itens exigidos pela legislação vigente, como triângulo de sinalização, chave de roda, pneu sobressalente, entre outros. Entrega: o veículo deverá ser entregue devidamente plotado/adensado conforme padrão do órgão contratante, licenciado e emplacado em nome da instituição responsável. Documentação: todos os equipamentos e acessórios deverão estar acompanhados de manuais de uso, certificados e termos de garantia. Garantia: garantia mínima de 12 meses e conforme legislação vigente de proteção ao consumidor (PROCON), devendo estar devidamente especificada no manual do fabricante. **Veículo destinado a Secretaria de Assistência Social.**

3

14222      UM      1

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 605.545,00

### 8.1 INFORMATIVO DA CESTA DE PREÇO

A estimativa de preço foi realizada conforme a formação de preço analítica em anexo, seguindo o Decreto Municipal 05 /2024.

Fontes consultadas: Fornecedores Físicos, Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e Pesquisa em Entes Públicos.

Fornecedores Físicos: foi solicitado por e-mail o pedido formal para 03 diferentes empresas. Somente 01 empresas retornou a solicitação.

Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP: obtendo êxito na pesquisa;

Pesquisa em Entes Públicos: Contrato dos Municípios de Araruna/PR, Pariqueira-Açu/SP, Santa Izabel do Oeste/PR e Cravinhos/SP

Método estatístico aplicado para os valores estimados: foram realizados os cálculos sobre a Média, Mediana e Menor Preço dos valores obtidos na pesquisa de preço.

Ficando a apuração de valores da seguinte forma:

Menor Preço: R\$ 547.780,00

Mediana de Preço: R\$ 588.350,00

Média de Preços: R\$ 605.545,00

Para o termo de referência, observa-se por parte desta Secretaria a viabilidade de utilizar-se a MEDIA como critério para abertura do Processo, foi escolhido essa metodologia após visualização dos preços da tabela em anexo, onde a mediana apresenta maior equidade e robustez dentro da cesta de valores.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

Considerando a natureza dos itens, opta-se pelo parcelamento por item, medida que amplia a competitividade, possibilita a participação de fornecedores especializados e reduz o risco de que o certame venha restar deserto ou fracassado.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não haverá contratação correlata e/ou interdependente ao objeto deste processo administrativo

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A contratação encontra-se alinhada às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde e ao planejamento interno da gestão, visando à manutenção e ao aprimoramento da estrutura assistencial e administrativa.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

- Maior cobertura territorial: facilitam o deslocamento das equipes para atendimentos domiciliares e ações em áreas rurais ou de difícil acesso.
- Agilidade no atendimento: reduzem o tempo de resposta para visitas, acompanhamentos e demandas urgentes.
- Fortalecimento da prevenção: ampliam a realização de ações como vacinação, acompanhamento de crônicos e visitas de agentes comunitários.
- Redução de custos operacionais: veículos hatch costumam ter menor consumo de combustível e manutenção mais acessível.
- Melhoria na qualidade do serviço: mais mobilidade resulta em atendimento mais frequente e próximo da população.
- Conforto e segurança aos pacientes: ideal para viagens mais longas, garantindo melhor experiência especialmente para pessoas debilitadas.
- Eficiência no TFD: organiza e qualifica o transporte para consultas, exames e tratamentos em outros municípios.
- Humanização do atendimento: reduz desgaste físico e emocional dos pacientes durante o deslocamento.
- Otimização logística: melhora o planejamento e a pontualidade dos atendimentos agendados.
- Apoio às ações sociais: facilita visitas domiciliares, acompanhamento de famílias e atendimentos em campo.
- Integração de serviços: contribui para articulação com outras políticas públicas (saúde, educação, habitação).
- Agilidade em situações emergenciais: permite resposta rápida a casos de vulnerabilidade social.
- Melhor gestão do território: amplia a presença da equipe técnica nas comunidades.

## **13. Providências a serem Adotadas**

Não se faz necessária nenhuma adequação, visto que o município já possui pessoal treinado, operante e preparados para a fiscalização e validação dos contrato.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Emissão de Gases Poluentes e Geração de CO e outros poluentes.

Consumo de Recursos Naturais, Uso de metais, plásticos, borracha e outros materiais durante a fabricação.

Geração de Resíduos Sólidos, Resíduos industriais no processo de produção e, futuramente, descarte de peças e componentes.

Consumo de Combustível Fóssil, Dependência de fontes não renováveis para operação, com impacto contínuo durante a vida útil do veículo.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Declara-se que a aquisição dos veículos é tecnicamente e operacionalmente viável, considerando que:

- O município dispõe de estrutura administrativa e logística para gestão, manutenção e utilização adequada da frota;
- Há previsão orçamentária para custeio das despesas decorrentes, como combustível, manutenção e seguros;
- A demanda pelos serviços é comprovada e contínua, justificando plenamente o investimento;
- A aquisição está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, promovendo melhoria na qualidade dos serviços ofertados;
- Os veículos pretendidos apresentam adequação ao uso proposto, sendo compatíveis com as necessidades das áreas de saúde e assistência social.

Dessa forma, conclui-se que a aquisição é pertinente, necessária e sustentável, contribuindo diretamente para o fortalecimento das políticas públicas municipais.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ELISABETH BENATTI DOMINGOS**

Núcleo de Licitação em Saúde



*Assinou eletronicamente em 16/04/2026 às 14:31:12.*

**JOSE VAGNER LINO MANOEL**

Secretário Municipal de Saúde





PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVAS TEBAS - PR

Termo de Referência 43/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG	Editado por	Atualizado em
43/2026	989913-PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVAS TEBAS - PR ELISABETH BENATTI DOMINGOS	16/04/2026 15:02 (v 0.6)
Status		
CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		200

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O presente processo licitatório visa à aquisição de cinco veículos (3 Hatch e 2 Sedan) destinados ao atendimento das demandas da administração pública municipal, em especial a Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social.

TERMO DE REFERÊNCIA

ITEMSPECIFICAÇÃO

CÓDIGO  
BR/UND  
CATMAT/MEDQTDE

	Veículo de passeio, para transporte sanitário domiciliar, das equipes da atenção primária e para transporte de exames, vacinas e materiais de apoio às equipes de atenção primária. Aquisição de veículo automotor novo, zero quilômetro, do tipo hatch, devendo atender às seguintes especificações técnicas mínimas: Classificação: veículo de passeio, com carroceria hatchback, novo e sem uso. Ano de fabricação /modelo: mínimo 2025/2026 ou superior. Motorização: mínima 1.0, com potência mínima de 80 cv, admitindo-se variações desde que equivalentes ou superiores. Combustível: bicomcombustível (etanol e gasolina). Transmissão: automática, com no mínimo 6 (seis) marchas. Direção: assistida, podendo ser hidráulica ou elétrica. Capacidade: mínima de 5 (cinco) ocupantes, incluindo o condutor. Portas: 4 (quatro) portas laterais, além do compartimento de bagagem. Rodas: com aro mínimo de 15 polegadas. Porta-malas: capacidade mínima de 300 litros. Sistema de freios: dianteiros a disco, com sistema ABS e distribuição eletrônica de frenagem (EBD). Airbags: no mínimo 2 (dois), sendo para motorista e passageiro dianteiro. Vidros elétricos: nas quatro portas. Travas elétricas: com acionamento centralizado e comando na chave. Ar-condicionado: de fábrica. Sistema de som: rádio AM/FM com conectividade USB e Bluetooth, integrado ao painel. Cor externa: branco sólido. Acessórios adicionais: deverá acompanhar jogo de tapetes de borracha ou material equivalente (PVC) para todos os ocupantes, aplicação de película (insulfilm) nos vidros laterais e traseiro conforme normas do CONTRAN, bem como plotagem/adesivação conforme padrão a ser definido pela administração, licenciado e emplacado em nome da instituição responsável. Equipamentos obrigatórios: o veículo deverá conter todos os itens de segurança exigidos pela legislação vigente, conforme o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e resoluções do CONTRAN. Garantia: garantia mínima de 12 meses e conforme legislação vigente de proteção ao consumidor (PROCON), devendo estar devidamente especificada no manual do fabricante.	14222	UM	3
1.	Aquisição de veículo automotor tipo Sedan, zero quilômetro, com as seguintes especificações técnicas mínimas: Ano de fabricação/modelo: mínimo 2025/2026 ou superior. Configuração: carroceria tipo sedan. Capacidade: mínima de 5			

2

(cinco) ocupantes, incluindo o condutor. Motorização: motor com no mínimo 3 (três) cilindros em linha, cilindrada mínima de 1.400 cm³ e potência mínima de 100 cv, admitindo-se variações equivalentes ou superiores. Combustível: sistema bicomustível (etanol e gasolina). Tração: dianteira. Sistema de alimentação: injeção eletrônica multiponto. Suspensão: dianteira independente e traseira com eixo de torção. Transmissão: automática. Direção: assistida, podendo ser hidráulica ou elétrica. Número de portas: 4 (quatro) portas laterais. Segurança: equipado com no mínimo 2 (dois) airbags frontais (motorista e passageiro), sistema de freios com ABS, controle de estabilidade e alarme antifurto perimétrico. Cintos de segurança: de 3 (três) pontos para todos os ocupantes, exceto o passageiro central traseiro, conforme permitido pela legislação vigente. Itens de conveniência: faróis de neblina, desembaçador do vidro traseiro, ar-condicionado, banco do motorista com ajuste de altura, retrovisores com regulagem elétrica, vidros elétricos nas quatro portas, volante multifuncional e conta-giros. Rodas: em liga leve. Acessórios: deverá acompanhar jogo de tapetes em borracha ou material equivalente (PVC) para todos os ocupantes, incluindo o motorista. Funcionalidades adicionais: abertura interna do porta-malas e da tampa do tanque de combustível. Sistema multimídia: central com tela sensível ao toque de, no mínimo, 7 polegadas, com conectividade Wi-Fi, rádio AM/FM, Bluetooth com transmissão de áudio, no mínimo 1 (uma) entrada USB, 1 (uma) saída HDMI, 1 (uma) entrada de áudio e vídeo, além de alto-falantes integrados. Película: aplicação de insulfilm nos vidros laterais e traseiro, em conformidade com as normas do CONTRAN. Cor externa: branco sólido. Equipamentos obrigatórios: o veículo deverá conter todos os itens exigidos pela legislação vigente, como triângulo de sinalização, chave de roda, pneu sobressalente, entre outros. Entrega: o veículo deverá ser entregue devidamente plotado/adensado conforme padrão do órgão contratante, licenciado e emplacado em nome da instituição responsável. Documentação: todos os equipamentos e acessórios deverão estar acompanhados de manuais de uso, certificados e termos de garantia. Garantia: garantia mínima de 12 meses e conforme legislação vigente de proteção ao consumidor (PROCON), devendo estar devidamente especificada no manual do fabricante.

14222

UM 1

3

Aquisição de veículo automotor tipo Sedan, zero quilômetro, com as seguintes especificações técnicas mínimas: Ano de fabricação/modelo: mínimo 2025/2026 ou superior. Configuração: carroceria tipo sedan. Capacidade: mínima de 5 (cinco) ocupantes, incluindo o condutor. Motorização: motor com no mínimo 3 (três) cilindros em linha, cilindrada mínima de 1.400 cm³ e potência mínima de 100 cv, admitindo-se variações equivalentes ou superiores. Combustível: sistema bicomustível (etanol e gasolina). Tração: dianteira. Sistema de alimentação: injeção eletrônica multiponto. Suspensão: dianteira independente e traseira com eixo de torção. Transmissão: automática. Direção: assistida, podendo ser hidráulica ou elétrica. Número de portas: 4 (quatro) portas laterais. Segurança: equipado com no mínimo 2 (dois) airbags frontais (motorista e passageiro), sistema de freios com ABS, controle de estabilidade e alarme antifurto perimétrico. Cintos de segurança: de 3 (três) pontos para todos os ocupantes, exceto o passageiro central traseiro, conforme permitido pela legislação vigente. Itens de conveniência: faróis de neblina, desembaçador do vidro traseiro, ar-condicionado, banco do motorista com ajuste de altura, retrovisores com regulagem elétrica, vidros elétricos nas quatro portas, volante multifuncional e conta-giros. Rodas: em liga leve. Acessórios: deverá acompanhar jogo de tapetes em borracha ou material equivalente (PVC) para todos os ocupantes, incluindo o motorista. Funcionalidades adicionais: abertura interna do porta-malas e da tampa do tanque de combustível. Sistema multimídia: central com tela sensível ao toque de, no mínimo, 7 polegadas, com conectividade Wi-Fi, rádio AM/FM, Bluetooth com transmissão de áudio, no mínimo 1 (uma) entrada USB, 1 (uma) saída HDMI, 1 (uma) entrada de áudio e vídeo, além de alto-falantes integrados. Película: aplicação de insulfilm nos vidros laterais e traseiro, em conformidade com as normas do CONTRAN. Cor externa: branco sólido. Equipamentos obrigatórios: o veículo deverá conter todos os itens exigidos pela legislação vigente, como triângulo de sinalização, chave de roda, pneu sobressalente, entre outros. Entrega: o veículo deverá ser entregue devidamente plotado/adensado conforme padrão do órgão contratante, licenciado e emplacado em nome da instituição responsável. Documentação: todos os equipamentos e acessórios deverão estar acompanhados de manuais de uso, certificados e termos de garantia. Garantia: garantia mínima de 12 meses e conforme legislação vigente de proteção ao consumidor (PROCON), devendo estar devidamente especificada no manual do fabricante.

14222

UM 1

**Veículo destinado a Secretaria de Assistência Social.**

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando que o município de Nova Tebas tem uma estrutura de unidades de saúde voltada ao atendimento do Sistema Único de Saúde – SUS, composto por: três Unidade Básica de Saúde, três postos de saúde, Farmácia Municipal, Centro Especializado de Recuperação Integrada, que dispõe de fisioterapeuta, nutricionista, assistente social, psicólogo, Três polos de academia de saúde.

Considerando que, conforme preconiza a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990), o Sistema Único de Saúde (SUS) deve garantir a integralidade da assistência, abrangendo desde ações de promoção e proteção à saúde até a recuperação e reabilitação dos pacientes, sendo obrigação do município buscar alternativas para assegurar o atendimento adequado às necessidades locais.

Considerando a necessidade constante em manter o atendimento aos serviços públicos essenciais e inadiáveis à população, faz -se necessário a aquisição de bens que possibilitem condições para a adequada prestação de alguns serviços;

A aquisição dos itens 01 e 02 do processo está amparada pela Resolução SESA nº 1.137/2025, onde trata de transporte sanitário nos Municípios no Programa de Qualificação de Atenção Primária à Saúde. E Emenda Parlamentar com nº de proposta: 09588897000125010 de 2025.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

A solução proposta consiste na aquisição de 05 (cinco) veículos automotores novos, zero quilômetro, devidamente licenciados e emplacados, visando atender às demandas operacionais da Administração Pública Municipal, conforme detalhamento a seguir:

03 (três) veículos do tipo hatch, destinados às atividades da Atenção Primária à Saúde, com a finalidade de viabilizar o deslocamento de equipes multiprofissionais, realização de visitas domiciliares, transporte de insumos e apoio às ações de promoção, prevenção e acompanhamento da saúde da população;

01 (um) veículo do tipo sedan, destinado à Secretaria Municipal da Saúde e Atenção Primária à Saúde, para atendimento das demandas administrativas, deslocamento de servidores e apoio às atividades institucionais da pasta;

01 (um) veículo do tipo sedan, destinado à Secretaria Municipal de Assistência Social, com o objetivo de garantir suporte logístico às ações sociais, visitas técnicas, acompanhamento de usuários e execução de programas sociais.

Os veículos deverão atender às especificações técnicas mínimas a serem definidas no Termo de Referência, contemplando requisitos de segurança, eficiência, conforto e economicidade, observando as normas vigentes e as necessidades específicas de cada setor demandante.

A presente solução visa promover a renovação e/ou ampliação da frota municipal, assegurando maior eficiência na prestação dos serviços públicos, redução de custos com manutenção corretiva de veículos antigos, maior confiabilidade nos deslocamentos e melhoria na qualidade do atendimento à população.

A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, adotando-se o critério de julgamento de menor preço, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Descrição dos Requisitos da Contratação**

Os objetos referente a esta contratação, deverão serem entregues de acordo com as especificações detalhadas neste documento e nos demais documentos do processo. Por se tratar de veículos a serem adquiridos com recurso específico: Deverão serem entregues na sede do município, já plotado da seguinte forma:

Itens 01: Padrão SESA para o Programa de Qualificação de Atenção Primária à Saúde e logo do município e Secretaria de Saúde. Modelo SESA e Brasão do Município e Secretaria de Saúde anexos ao processo.

Itens 02: Brasão do Município e Secretaria de Saúde, anexos ao processo.



Item 03: Sem plotagem.

Aprovação e Verificação: o design do veículo deve ser aprovado pelo departamento de Direção de Frotas Municipal, para garantir a precisão e qualidade da aplicação.

## DESCRIÇÃO DA GARANTIA

A garantia consiste na prestação da empresa contratada, por todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11 /09 /1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

A entrega e o funcionamento dos veículos, serão de responsabilidade única e exclusiva do licitante vencedor, sendo que havendo qualquer divergência com o solicitado, o mesmo deverá ter sua reposição imediata. Em caso de defeitos ou irregularidade, deverá ser corrigido em até 20 dias, contados da comunicação pelo órgão competente deste município;

Devera conter garantia contra defeitos de fabricação conforme prazo estabelecidos pelo código de defesa do consumidor;

## FORNECIMENTO E PAGAMENTO

Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo a administração pública.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos itens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.

O fornecimento e entrega dos itens descritos nesse processo deverá ser prestado por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

O fornecimento e entrega dos itens deverão ter garantia, sem custos adicionais à Administração Pública.

A entrega e o funcionamento do item objeto desse processo, será de responsabilidade única e exclusiva do licitante vencedor, sendo que havendo qualquer divergência com o solicitado, o mesmo deverá ter sua reposição imediata; Devera conter garantia contra defeitos de fabricação conforme prazo estabelecidos pelo código de defesa do consumidor;

Os veículos deverão ser entregues no local indicado na Nota de Autorização de Compra em até 40 dias úteis;

O pagamento será efetuado em até 30 dias após a entrega do item qual o contratado se propôs a fornecer e mediante apresentação de nota fiscal e relatórios atestando regularidade do item;

A formalização do contrato deverá observar e conter as disposições da Resolução SESA nº 329/2015 Resolução anexa ao processo.

## VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado em caso de arbítrio próprio da administração contratante, observadas os seus interesses e de acordo com os limites e condições previstos na legislação vigente.

## **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

Item 01 e 02 - Será alocado na dotação orçamentaria: 5211.

Item 03 - Será alocado na dotação orçamentaria: 963.

## **FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

Item 01 e 02 - Responsável provisório o senhor: Emerson Hrycyki - Diretor de Frotas e o responsável definitivo o senhor José Vagner Lino Manoel - Secretário Municipal de Saúde.

Item 03 - Responsável provisório o senhor: Emerson Hrycyki - Diretor de Frotas e o responsável definitivo a Senhora Roseli Godoy - Secretária Municipal da Assistência Social.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **DESCRIÇÃO DA GARANTIA**

A garantia consiste na prestação da empresa contratada, por todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09 /1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

A entrega e o funcionamento dos veículos, serão de responsabilidade única e exclusiva do licitante vencedor, sendo que havendo qualquer divergência com o solicitado, o mesmo deverá ter sua reposição imediata.

Em caso de defeitos ou irregularidade, deverá ser corrigido em até 20 dias, contados da comunicação pelo órgão competente deste município;

Devera conter garantia contra defeitos de fabricação conforme prazo estabelecidos pelo código de defesa do consumidor;

### **FORNECIMENTO E PAGAMENTO**

Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo a administração pública.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos itens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.

O fornecimento e entrega dos itens descritos nesse processo deverá ser prestado por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

O fornecimento e entrega dos itens deverão ter garantia, sem custos adicionais à Administração Pública.

A entrega e o funcionamento do item objeto desse processo, será de responsabilidade única e exclusiva do licitante vencedor, sendo que havendo qualquer divergência com o solicitado, o mesmo deverá ter sua reposição imediata;

Devera conter garantia contra defeitos de fabricação conforme prazo estabelecidos pelo código de defesa do consumidor;

Os veículos deverão ser entregues no local indicado na Nota de Autorização de Compra em até 40 dias úteis;

O pagamento será efetuado em até 30 dias após a entrega do item qual o contratado se propôs a fornecer e mediante apresentação de nota fiscal e relatórios atestando regularidade do item;

A formalização do contrato deverá observar e conter as disposições da Resolução SESA nº 329/2015 Resolução anexa ao processo.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

A execução do contrato deverá ser fiscalizada e acompanhada pelo Sr. Emerson Hrycyki - Diretor de Frotas, Sr. José Vagner Lino Manoel, Secretário Municipal de Saúde, Sra. Roseli Godoy - Secretária Municipal da Assistência Social e /ou pela fiscal provisório Sra. Gabriele Fiuza Stoski, Assessor de Gestão de Contratos.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

A descrição deste item não está contemplado nesta etapa do processo.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **FORNECIMENTO E PAGAMENTO**

Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo a administração pública.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos itens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.

O fornecimento e entrega dos itens descritos nesse processo deverá ser prestado por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

O fornecimento e entrega dos itens deverão ter garantia, sem custos adicionais à Administração Pública.

A entrega e o funcionamento do item objeto desse processo, será de responsabilidade única e exclusiva do licitante vencedor, sendo que havendo qualquer divergência com o solicitado, o mesmo deverá ter sua reposição imediata;

Devera conter garantia contra defeitos de fabricação conforme prazo estabelecidos pelo código de defesa do consumidor;

Os veículos deverão ser entregues no local indicado na Nota de Autorização de Compra em até 40 dias úteis;

O pagamento será efetuado em até 30 dias após a entrega do item qual o contratado se propôs a fornecer e mediante apresentação de nota fiscal e relatórios atestando regularidade do item;



A formalização do contrato deverá observar e conter as disposições da Resolução SESA nº 329/2015 Resolução anexa ao processo.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

A solução proposta consiste na aquisição de 05 (cinco) veículos automotores novos, zero quilômetro, devidamente licenciados e emplacados, visando atender às demandas operacionais da Administração Pública Municipal, conforme detalhamento a seguir:

03 (três) veículos do tipo hatch, destinados às atividades da Atenção Primária à Saúde, com a finalidade de viabilizar o deslocamento de equipes multiprofissionais, realização de visitas domiciliares, transporte de insumos e apoio às ações de promoção, prevenção e acompanhamento da saúde da população;

01 (um) veículo do tipo sedan, destinado à Secretaria Municipal da Saúde e Atenção Primária à Saúde, para atendimento das demandas administrativas, deslocamento de servidores e apoio às atividades institucionais da pasta;

01 (um) veículo do tipo sedan, destinado à Secretaria Municipal de Assistência Social, com o objetivo de garantir suporte logístico às ações sociais, visitas técnicas, acompanhamento de usuários e execução de programas sociais.

Os veículos deverão atender às especificações técnicas mínimas a serem definidas no Termo de Referência, contemplando requisitos de segurança, eficiência, conforto e economicidade, observando as normas vigentes e as necessidades específicas de cada setor demandante.

A presente solução visa promover a renovação e/ou ampliação da frota municipal, assegurando maior eficiência na prestação dos serviços públicos, redução de custos com manutenção corretiva de veículos antigos, maior confiabilidade nos deslocamentos e melhoria na qualidade do atendimento à população.

A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, adotando-se o critério de julgamento de menor preço, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Valor (R\$): 605.545,00

A estimativa de preço foi realizada conforme a formação de preço analítica em anexo, seguindo o Decreto Municipal 05 /2024.

Fontes consultadas: Fornecedores Físicos, Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e Pesquisa em Entes Públicos.

Fornecedores Físicos: foi solicitado por e-mail o pedido formal para 03 diferentes empresas. Somente 01 empresas retornou a solicitação.

Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP: obtendo êxito na pesquisa;

Pesquisa em Entes Públicos: Contrato dos Municípios de Araruna/PR, Pariquera-Açu/SP, Santa Izabel do Oeste/PR e Cravinhos/SP

Método estatístico aplicado para os valores estimados: foram realizados os cálculos sobre a Média, Mediana e Menor Preço dos valores obtidos na pesquisa de preço.

Ficando a apuração de valores da seguinte forma:

Menor Preço: R\$ 547.780,00

Mediana de Preço: R\$ 588.350,00

Média de Preços: R\$ 605.545,00

Para o termo de referência, observa-se por parte desta Secretaria a viabilidade de utilizar-se a MEDIA como critério para abertura do Processo, foi escolhido essa metodologia após visualização dos preços da tabela em anexo, onde a mediana apresenta maior equidade e robustez dentro da cesta de valores.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

### **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

Item 01 e 02 - Será alocado na dotação orçamentaria: 5211.

Item 03 - Será alocado na dotação orçamentaria: 963.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

A descrição deste item não está contemplado nesta etapa do processo.

## **13. ANEXO I**

A descrição deste item não está contemplado nesta etapa do processo.

## **14. ANEXO II**

A descrição deste item não está contemplado nesta etapa do processo.

## **15. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ELISABETH BENATTI DOMINGOS**

Núcleo de Licitação em Saúde

**JOSE VAGNER LINO MANOEL**

Secretário Municipal de Saúde

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO BR/ CATMAT	UND/MED	QTDE	PNCP	Contratações Similares Município de Paríquera-Açu/SP Contrato 05/2026	Contratações Similares Município de Araruna/Pr Contrato 45/2026	Contratações Similares Município de Santa Izabel do Oeste/Pr Contrato 88/2026	Contratações Similares Município de Cravinhos/SP Contrato 01/2026	Orcamento Comercial Oeste	MEDIA	MEDIANA	VALOR TOTAL SOBRE A MÉDIA	VALOR TOTAL SOBRE A MEDIANA	VALOR TOTAL MENOR PREÇO
1	Veículo de passeio, para transporte sanitário domiciliar, das equipes da atenção primária e para transporte de exames, vacinas e materiais de apoio às equipes de atenção primária. Aquisição de veículo automotor novo, zero quilômetro, do tipo hatch, devendo atender às seguintes especificações técnicas mínimas: Classificação: veículo de passeio, com carroceria hatchback, novo e sem uso. Ano de fabricação/modelo: mínimo 2025/2026 ou superior. Motorização: mínima 1.0, com potência mínima de 80 cv, admitindo-se variações desde que equivalentes ou superiores. Combustível: bicomcombustível (etanol e gasolina). Transmissão: automática, com no mínimo 6 (seis) marchas. Direção: assistida, podendo ser hidráulica ou elétrica. Capacidade: mínima de 5 (cinco) ocupantes, incluindo o condutor. Portas: 4 (quatro) portas laterais, além do compartimento de bagagem. Rodas: com aro mínimo de 15 polegadas. Porta-malas: capacidade mínima de 300 litros. Sistema de freios: dianteiros a disco, com sistema ABS e distribuição eletrônica de frenagem (EBD). Airbags: no mínimo 2 (dois), sendo para motorista e passageiro dianteiro. Vidros elétricos: nas quatro portas. Travas elétricas: com acionamento centralizado e comando na chave. Ar-condicionado: de fábrica. Sistema de som: rádio AMFM com conectividade USB e Bluetooth, integrado ao painel. Cor externa: branco sólido. Acessórios adicionais: deverá acompanhar jogo de tapetes de borracha ou material equivalente (PVC) para todos os ocupantes, aplicação de película (insulfilm) nos vidros laterais e traseiro conforme normas do CONTRAN, bem como plotagem/adesivação conforme padrão a ser definido pela administração, licenciado e emplacedo em nome da instituição responsável. Equipamentos obrigatórios: o veículo deverá conter todos os itens de segurança exigidos pela legislação vigente, conforme o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e resoluções do CONTRAN. Garantia: garantia mínima de 12 meses e conforme legislação vigente de proteção ao consumidor (PROCON), devendo estar devidamente especificada no manual do fabricante.	14222	UM	3	R\$ 110.000,00	R\$ 121.300,00	R\$ 108.900,00			R\$ 103.400,00	R\$ 110.900,00	R\$ 109.450,00	R\$ 332.700,00	R\$ 328.350,00	R\$ 310.200,00
2	Aquisição de veículo automotor tipo Sedan, zero quilômetro, com as seguintes especificações técnicas mínimas: Ano de fabricação/modelo: mínimo 2025/2026 ou superior. Configuração: carroceria tipo sedan. Capacidade: mínima de 5 (cinco) ocupantes, incluindo o condutor. Motorização: motor com no mínimo 3 (três) cilindros em linha, cilindrada mínima de 1.400 cm³ e potência mínima de 100 cv, admitindo-se variações equivalentes ou superiores. Combustível: sistema bicomcombustível (etanol e gasolina). Tração: dianteira. Sistema de alimentação: injeção eletrônica multiponto. Suspensão: dianteira independente e traseira com eixo de torção. Transmissão: automática. Direção: assistida, podendo ser hidráulica ou elétrica. Número de portas: 4 (quatro) portas laterais. Segurança: equipado com no mínimo 2 (dois) airbags frontais (motorista e passageiro), sistema de freios com ABS, controle de estabilidade e alarme antirfuro perimétrico. Cintos de segurança: de 3 (três) pontos para todos os ocupantes, exceto o passageiro central traseiro, conforme permitido pela legislação vigente. Itens de conveniência: faróis de neblina, desembaçador do vidro traseiro, ar-condicionado, banco do motorista com ajuste de altura, retrovisores com regulagem elétrica, vidros elétricos nas quatro portas, volante multifuncional e conta-giros. Rodas: em liga leve. Acessórios: deverá acompanhar jogo de tapetes em borracha ou material equivalente (PVC) para todos os ocupantes, incluindo o motorista. Funcionalidades adicionais: abertura interna do porta-malas e da tampa do tanque de combustível. Sistema multimídia: central com tela sensível ao toque de, no mínimo, 7 polegadas, com conectividade Wi-Fi, rádio AMFM, Bluetooth com transmissão de áudio, no mínimo 1 (uma) entrada USB, 1 (uma) saída HDMI, 1 (uma) entrada de áudio e vídeo, além de alto-falantes integrados. Película: aplicação de insulfilm nos vidros laterais e traseiro, em conformidade com as normas do CONTRAN. Cor externa: branco sólido. Equipamentos obrigatórios: o veículo deverá conter todos os itens exigidos pela legislação vigente, como triângulo de sinalização, chave de roda, pneu sobressalente, entre outros. Entrega: o veículo deverá ser entregue devidamente plotado/adesivado conforme padrão do órgão contratante, licenciado e emplacedo em nome da instituição responsável. Documentação: todos os equipamentos e acessórios deverão estar acompanhados de manuais de uso, certificados e termos de garantia. Garantia: garantia mínima de 12 meses e conforme legislação vigente de proteção ao consumidor (PROCON), devendo estar devidamente especificada no manual do fabricante.	14222	UM	1	R\$ 130.000,00			R\$ 130.000,00	R\$ 166.900,00	R\$ 118.790,00	R\$ 136.422,50	R\$ 130.000,00	R\$ 136.422,50	R\$ 130.000,00	R\$ 118.790,00
3	Aquisição de veículo automotor tipo Sedan, zero quilômetro, com as seguintes especificações técnicas mínimas: Ano de fabricação/modelo: mínimo 2025/2026 ou superior. Configuração: carroceria tipo sedan. Capacidade: mínima de 5 (cinco) ocupantes, incluindo o condutor. Motorização: motor com no mínimo 3 (três) cilindros em linha, cilindrada mínima de 1.400 cm³ e potência mínima de 100 cv, admitindo-se variações equivalentes ou superiores. Combustível: sistema bicomcombustível (etanol e gasolina). Tração: dianteira. Sistema de alimentação: injeção eletrônica multiponto. Suspensão: dianteira independente e traseira com eixo de torção. Transmissão: automática. Direção: assistida, podendo ser hidráulica ou elétrica. Número de portas: 4 (quatro) portas laterais. Segurança: equipado com no mínimo 2 (dois) airbags frontais (motorista e passageiro), sistema de freios com ABS, controle de estabilidade e alarme antirfuro perimétrico. Cintos de segurança: de 3 (três) pontos para todos os ocupantes, exceto o passageiro central traseiro, conforme permitido pela legislação vigente. Itens de conveniência: faróis de neblina, desembaçador do vidro traseiro, ar-condicionado, banco do motorista com ajuste de altura, retrovisores com regulagem elétrica, vidros elétricos nas quatro portas, volante multifuncional e conta-giros. Rodas: em liga leve. Acessórios: deverá acompanhar jogo de tapetes em borracha ou material equivalente (PVC) para todos os ocupantes, incluindo o motorista. Funcionalidades adicionais: abertura interna do porta-malas e da tampa do tanque de combustível. Sistema multimídia: central com tela sensível ao toque de, no mínimo, 7 polegadas, com conectividade Wi-Fi, rádio AMFM, Bluetooth com transmissão de áudio, no mínimo 1 (uma) entrada USB, 1 (uma) saída HDMI, 1 (uma) entrada de áudio e vídeo, além de alto-falantes integrados. Película: aplicação de insulfilm nos vidros laterais e traseiro, em conformidade com as normas do CONTRAN. Cor externa: branco sólido. Equipamentos obrigatórios: o veículo deverá conter todos os itens exigidos pela legislação vigente, como triângulo de sinalização, chave de roda, pneu sobressalente, entre outros. Entrega: o veículo deverá ser entregue devidamente plotado/adesivado conforme padrão do órgão contratante, licenciado e emplacedo em nome da instituição responsável. Documentação: todos os equipamentos e acessórios deverão estar acompanhados de manuais de uso, certificados e termos de garantia. Garantia: garantia mínima de 12 meses e conforme legislação vigente de proteção ao consumidor (PROCON), devendo estar devidamente especificada no manual do fabricante. <b>Veículo destinado a Secretaria de Assistência Social.</b>	14222	UM	1	R\$ 130.000,00			R\$ 130.000,00	R\$ 166.900,00	R\$ 118.790,00	R\$ 136.422,50	R\$ 130.000,00	R\$ 136.422,50	R\$ 130.000,00	R\$ 118.790,00
TOTAL													R\$ 605.545,00	R\$ 588.350,00	R\$ 547.780,00

LEGENDA:	
	VALOR INEXEQUÍVEIS OU EXCESSIVAMENTE ELEVADO
	MENOR VALOR
	MEDIANA
	MEDIA



## **CONTRATO DE FORNECIMENTO**

### **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 045/2026**

**CONTRATANTE:** O Município de **ARARUNA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na **PÇA. NOSSA SRA. DO ROCIO, 390**, inscrito no CNPJ nº **75.359.760/0001-99**, representado pelo seu prefeito municipal o Sr.(a) **GUSTAVO FRANÇA DOS SANTOS**, inscrito(s) no CPF sob nº **072.416.819-24**, portador da carteira de identidade nº **8910873-0 SSP/PR**

**CONTRATADO(A):** **PINHEIRO S VEICULOS LTDA**, inscrito no CNPJ/CPF sob o nº **01.692.763/0001-03**, com sede no(a) **AV. T-09, 500, GOIANIA - GO**, neste ato representado por **LUCAS JOVE OZORIO**, inscrito(a) no CPF sob o nº **046.741.981-78**, portador da carteira de identidade nº **5276267 PC-GO**, residente e domiciliado no(a) **Rua T-30, nº 2230, setor Bueno, na Cidade de**

**Goiania-GO**, e-mail **licitacao@pinauto.com.br** e telefone **(62) 98234-9999**.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico nº **116/2025** Lote nº **1**, (protocolo nº **221992440**) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

#### **1 OBJETO:**

**Aquisição de veículo sendo: Lote 1 - 01 (UM) VEÍCULO HATCH, Marca FIAT, Modelo ARGO DRIVE 1.3 FLEX - Fabricação/Modelo 2025/2025 ou superior (novo, zero km), potência de 107 CV (E) e 98 CV (G), capacidade 5 ocupantes, garantia de 36 meses, tanque de combustível cheio e demais características técnicas constantes na proposta de preços da proponente anexa parte integrante do Procedimento Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO nº 116/2025 - SECID - Lote 1 - e-Protocolo nº 22.199.244-0**

#### **2 FUNDAMENTO:**

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico nº **116/2025** Lote nº **1**, objeto do processo administrativo nº **221992440**, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial.

#### **3 FORMA DE FORNECIMENTO:**

**3.1** A empresa vencedora deverá entregar o objeto (veículo) na sede dos municípios habilitados no Estado do Paraná, nas condições e quantidades solicitadas, no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da assinatura do contrato de fornecimento, até esgotar as quantidades de cada lote. Quando da assinatura do contrato e para entrega o do veículo serão indicados o endereço, telefone de contato, nome do servidor e/ou comissão a ser designada pelo executivo do Município pelo recebimento no horário de expediente de cada Município.

**3.2** A empresa vencedora deverá entregar o objeto (veículos) com o tanque de combustível cheio, no endereço indicado no Anexo II.

**3.3** O objeto deverá ser entregue em tantas etapas quanto forem solicitadas, de acordo com a habilitação de cada Município e em conformidade com o Edital. O não cumprimento dos prazos pode implicar a aplicação de penalidades previstas no Edital e legislação vigente.

#### **4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:**

**4.1** O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO(A) os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

**4.2** O valor total do Contrato é de **R\$ 108.900,00 (cento e oito mil e novecentos reais)**.

**4.3** No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

#### **5. DO REAJUSTE.**

**5.1** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal nº 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA/IBGE.

**5.1.1.** A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.





5.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

## **6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do CONTRATANTE.

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo CONTRATANTE, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

## **7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:**

7.1 Os bens deverão ser entregues no local (Anexo VI), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

7.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

7.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até 30 (trinta) dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação do(a) CONTRATADO(A), às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## **8 FONTE DE RECURSOS:**

8.1 A despesa correrá à conta da dotação orçamentária **120022781200221064**, rubrica de despesa **4490520000**, com a seguinte composição: **Recursos não reembolsáveis provenientes do Tesouro do Estado no valor de: R\$95.000,00; complementando com recursos do Município, na forma de Contrapartida Municipal, no valor de: R\$13.900,00**

## **9 VIGÊNCIA:**

9.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

## **10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

### **10.1 São obrigações do(a) CONTRATADO(A)**

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);



**10.1.3** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**10.1.4** comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; **10.1.5** indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

**10.1.6** manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.1.7** manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

**10.1.8** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**10.1.9** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver;

**10.1.9.1** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**10.1.9.2** retardamentos na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**10.1.9.3** aumentos das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

**10.1.10.** cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**10.2** São obrigações do CONTRATANTE:

**10.2.1** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

**10.2.2** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo(a) CONTRATADO(A), de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**10.2.3** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**10.2.4** comunicar ao(a) CONTRATADO(A), por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**10.2.5** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do(a) CONTRATADO(A), através de comissão ou de servidores especialmente designados;

**10.2.6** efetuar o pagamento ao(a) CONTRATADO(A) no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

**10.2.7** efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo(a) CONTRATADO(A), no que couber;

**10.2.8** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**10.2.9** ressarcir o(a) CONTRATADO(A), nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**10.2.10** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

**10.2.11** prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo(a) CONTRATADO(A).

## **11 FORMA DE PAGAMENTO**





11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do(a) CONTRATADO(A) em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente, junto à instituição financeira Contratado pelo CONTRATANTE, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o(a) CONTRATADO(A) não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## 12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## 13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

13.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao fim do prazo da garantia legal. (Justificar a exigência de garantia e o prazo estabelecido).

13.2 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

13.3 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo(a) próprio(a) CONTRATADO(A), ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

13.4 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

13.5 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

13.6 Uma vez notificado, o(a) CONTRATADO(A) realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo(a) CONTRATADO(A) ou pela assistência técnica autorizada.



13.7 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do(a) CONTRATADO(A), aceita pelo CONTRATANTE.

13.8 Na hipótese do subitem acima, o(a) CONTRATADO(A) deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo CONTRATANTE, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

13.9 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do CONTRATANTE ou a apresentação de justificativas pelo(a) CONTRATADO(A), fica o CONTRATANTE autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do(a) CONTRATADO(A) o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

13.10 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do(a) CONTRATADO(A).

13.11 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

#### **14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. O LICITANTE e o(a) CONTRATADO(A) que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

14.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações: a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022; b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022; c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022; 14.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

14.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública Municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o LICITANTE ou CONTRATADO.

14.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

14.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

14.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.

14.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

14.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

14.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública Municipal.

#### **15. CASOS DE EXTINÇÃO:**



15.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

**15.1.1** por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

**15.1.3** por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**15.2** No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

16.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao(a) CONTRATADO(A).

**15.4 O(A) CONTRATADO(A)**, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

**16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

16.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**16.1.1** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o(a) CONTRATADO(A) será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

**16.2** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do(a) CONTRATADO(A) com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade CONTRATANTE e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

16.4 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

**16.5** Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

## 17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

**17.1 O CONTRATANTE e o(a) CONTRATADO(A)**, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do(a) CONTRATADO(A), se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade:

17.3 Os dados tratados pelo(a) CONTRATADO(A) somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o(a) CONTRATADO(A) realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

**17.5 O(A) CONTRATADO(A)**, deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;



**17.6** O(A) CONTRATADO(A), dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

**17.7** O eventual acesso, pelo(a) CONTRATADO(A), às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o(a) CONTRATADO(A) e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

**17.8** O encarregado do(a) CONTRATADO(A) manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**17.9** A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o(a) CONTRATADO(A) poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**17.10** O(A) CONTRATADO(A), responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**17.11** Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

**17.12** As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do(a) CONTRATADO(A), envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**17.13** As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**17.14** O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao(a) CONTRATADO(A), bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

**17.15** Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao(a) CONTRATADO(A).

**17.16** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o(a) CONTRATADO(A) providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

**17.17** As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

## **18. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**18.1** Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo(a) CONTRATADO(A) durante a licitação.

**18.2** Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

**18.3** O CONTRATANTE enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no site eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.



18.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca de – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**Araruna, 26 de Fevereiro 2026**

GUSTAVO  
FRANCA DOS  
SANTOS:07241  
681924  
Município de Araruna

Assinado de forma  
digital por GUSTAVO  
FRANCA DOS  
SANTOS:07241681924  
Dados: 2026.02.26  
10:43:33 -03'00'

LUCAS JOVE  
OZORIO:0467419  
8178

Assinado de forma digital por  
LUCAS JOVE  
OZORIO:04674198178  
Dados: 2026.02.26 14:14:06  
-03'00'

**PINHEIRO S VEICULOS LTDA**

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome: **Joel Antonio da Silva**

2 – Nome: **Huelinton B. Trento**



**Prefeitura Municipal de Pariquera-Açu**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO – DEPTO LICITAÇÃO**  
RUA XV DE NOVEMBRO – 686 – CENTRO – TEL (13) 3856-7100 – CEP 11930-000  
E-mail licitacao@pariqueraacu.sp.gov.br

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2026**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU E A EMPRESA BRANDÃO VEÍCULOS LTDA.**

O **MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU**, com sede na Rua XV de Novembro, 686 – Centro, na cidade de Pariquera-Açu/Estado São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 45.685.120/0001-08, neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL**, Sr. Wagner Bento da Costa, portador da Carteira de Identidade nº 24.269.596-6, expedida pela SSP/SP e CPF nº 133.670.758-50, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **BRANDÃO VEÍCULOS LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.641.615/0001-63, sediada na Rua F (ST Oeste), nº 15 – Sala 04 – Morada do Ouro, em Cuiabá/MT, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. Álvaro José Camargo da Silva, portador da Carteira de Identidade nº 18228941, expedida pela SSP/MT, e CPF nº 033.770.521-60, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 117/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 059/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas, bem como as disposições previstas no edital e no termo de referência.

**1. OBJETO.**

**1.1** O objeto da presente licitação é a escolha de proposta mais vantajosa para **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS (MINI VAN / SUV E HATCH) EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DE ESPORTES DESTA MUNICÍPIO**, conforme especificações técnicas estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e demais documentos anexos.

**1.2** Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão descrito acima, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**EMPRESA: BRANDÃO VEÍCULOS LTDA**

**CNPJ:** 53.641.615/0001-63

**ENDEREÇO:** Rua F (ST Oeste), nº 15 – Sala 04 – Morada do Ouro, em Cuiabá/MT

**REPRESENTANTE:** Álvaro José Camargo da Silva

**E-MAIL:** licitacao.brandaoautomoveis@gmail.com

**TEL.:** (65) 99237-7905

**2. VIGÊNCIA.**

**2.1** O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 01 (um) ano, com início na data de 19/01/2026 e encerramento em 19/01/2027, com possibilidade de prorrogação nos termos do artigo 107 da Lei 14.133/2021.

**3. PREÇO.**

**3.1** O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 121.300,00 (Cento e vinte e um mil e trezentos reais).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
02	<b>VEÍCULO TIPO HATCH</b> ,Aquisição de veículo automotor zero quilômetro, tipo Hatch, com as seguintes características técnicas mínimas:Tipo: Veículo de passeio, carroceria tipo hatchback, novo, zero quilômetro. Ano de fabricação/modelo: Mínimo 2025/2026. Motorização: Mínimo 1.0 turbo, com potência mínima de 80 cv, com variação admitida desde que equivalente ou superior. Combustível: Bicomcombustível (etanol e gasolina). Transmissão: Automática com no mínimo 06 (seis) velocidades. Direção: Assistida, do tipo hidráulica ou elétrica. Capacidade: Mínimo de 05 (cinco) ocupantes, incluindo o condutor. Portas: 04 (quatro) portas laterais, mais porta-malas. Pneus: Medida mínima 185/65 R15 ou equivalente. Rodas: Em liga leve, aro mínimo de 15 polegadas.Porta-malas: Capacidade mínima de 300 litros. Sistema de freios: A disco nas rodas dianteiras, com sistema	UND	01	R\$ 121.300,00	R\$ 121.300,00

“DEUS SEJA LOUVADO”





**Prefeitura Municipal de Pariqueira-Açu**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO – DEPTO LICITAÇÃO**  
RUA XV DE NOVEMBRO – 686 – CENTRO – TEL (13) 3856-7100 – CEP 11930-000  
E-mail licitacao@pariqueiraacu.sp.gov.br

ABS e EBD. Airbags: Mínimo 02 (dois), para motorista e passageiro. Vidros elétricos: Nas quatro portas. Travas elétricas: Com acionamento central e comando na chave. Sistema de ar-condicionado: Integrado de fábrica. Sistema de som: Rádio AM/FM com conexão USB e Bluetooth, integrado ao painel. Cor externa: Branco sólido. Itens obrigatórios de segurança e equipamentos: Equipado com todos os dispositivos exigidos pela legislação vigente, conforme Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e normas do CONTRAN. Garantia de fábrica: Mínima de 36 (trinta e seis) meses ou 100.000 km, prevalecendo o que ocorrer primeiro.				
TOTAL				R\$ 121.300,00

**3.2** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

**4.1** Os recursos orçamentário para a execução do objeto do presente processo licitatório utilizarão as seguintes classificações contábeis descritas no Termo de Referência.

#### **5. PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.**

**5.1** O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital e no Termo de Referência.

**5.2** Em caso de atraso de pagamento, motivado pela Contratante, o valor a ser pago será atualizado financeiramente desde a data prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, tendo como base o Índice IPCA do mês anterior ao pagamento da parcela.

#### **6. REAJUSTE.**

**6.1** As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Edital e no Termo de Referência, anexos a este Contrato.

#### **7. REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO.**

**7.1** O procedimento e os prazos para o pedido e análise do reequilíbrio econômico-financeiro e reajustamento estão os previstos no Edital e no Termo de Referência, anexos a este Contrato.

#### **8. GARANTIA DO CONTRATO.**

**8.1** Não será exigida garantia neste caso.

#### **9. DA GARANTIA DOS VEÍCULOS.**

**9.1** O prazo de garantia dos veículos será de até 03 (três) anos de acordo com o fabricante, contados da data de emissão da Nota Fiscal, registrado no Certificado de Garantia a ser entregue juntamente com o veículo entregue.

**9.2** Durante o prazo de vigência da garantia, se o veículo apresentar vícios, defeitos ou incorreções, deverá ser reparado e corrigido, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Pariqueira-Açu, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

**9.3** As substituições de peças e mão-de-obra, quando das revisões em garantia, estarão sujeitas às obrigações praticadas no mercado, nos termos das legislações pertinentes e subsidiárias.

“DEUS SEJA LOUVADO”



# Prefeitura Municipal de Pariqueira-Açu

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO – DEPTO LICITAÇÃO

RUA XV DE NOVEMBRO – 686 – CENTRO – TEL (13) 3856-7100 – CEP 11930-000

E-mail licitacao@pariqueiraacu.sp.gov.br

**9.4** Se o veículo no período de garantia no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir de reconhecimento definitivo do veículo, apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela frequência de manutenções corretivas realizadas em concessionárias do fabricante, deverá ser substituído no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos.

## **10. ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.**

**10.1** As condições de execução do objeto do contrato são aquelas previstas no Edital e no Termo de Referência, anexos a este Contrato.

## **11. DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD (LEI nº 13.709/2018).**

**11.1** As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

**11.2** O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

**11.3** A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

**11.4** A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

**11.5** Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da Prefeitura do Município de Pariqueira-Açu, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

**11.6** A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a Prefeitura do Município de Pariqueira-Açu está exposta.

**11.7** A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

**11.8** A CONTRATADA deverá, sempre que solicitado, disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados, bem como prestar toda e qualquer informação e documentação que comprove a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditoria do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

**11.9** A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, assumindo o compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados.

**11.10** A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

“DEUS SEJA LOUVADO”



**Prefeitura Municipal de Pariqueira-Açu**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO – DEPTO LICITAÇÃO**  
RUA XV DE NOVEMBRO – 686 – CENTRO – TEL. (13) 3856-7100 – CEP 11930-000  
E-mail licitacao@pariqueiraacu.sp.gov.br

**11.11** Caso autorizada transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

**11.12** A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

**11.13** A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato à Prefeitura do Município de Pariqueira-Açu a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo ao titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

**11.14** A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

**11.15** Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela Prefeitura do Município de Pariqueira-Açu e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

**11.16** A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pela Prefeitura do Município de Pariqueira-Açu para as finalidades pretendidas neste contrato.

**11.17** A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela Prefeitura do Município de Pariqueira-Açu.

**11.18** Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Lei nº 13.709/2018.

## **12. FISCALIZAÇÃO.**

**12.1** A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de referência e no Edital, anexos a este contrato.

**12.2** Para este contrato o Gestor responsável será a Secretário Municipal de Esportes e Lazer, Sr. José Antunes de Lima Junior e o Fiscal do Contrato será o Sr. Ewerton Henrique Ribeiro Pinto, Diretor do Departamento de Esportes, Recreação e Lazer.

## **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.**

**13.1** As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência e no Edital, anexos a este contrato.

## **14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**14.1** As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo Referencia e no Edital, anexos a este contrato.

## **15. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO.**



**Prefeitura Municipal de Pariqueira-Açu**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO – DEPTO LICITAÇÃO**  
RUA XV DE NOVEMBRO – 686 – CENTRO – TEL (13) 3856-7100 – CEP 11930-000  
E-mail licitacao@pariqueiraacu.sp.gov.br

**15.1** O presente termo de contrato poderá ser extinto:

**15.1.1** Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

**15.1.2** Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

**15.1.3** A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

**15.1.4** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

**15.1.5** O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

**15.1.6** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**15.1.7** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**15.1.8** Indenizações e multas.

## **16. VEDAÇÕES.**

**16.1** É vedado à contratada:

**16.2** Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

**16.3** Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **17. ALTERAÇÕES.**

**17.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**17.2** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**17.3** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**17.4** Nas alterações unilaterais em caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite de acréscimo será de 50% (cinquenta por cento).

## **18. DOS CASOS OMISSOS.**

**18.1** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

## **19. PUBLICAÇÃO.**



**Prefeitura Municipal de Pariqueira-Açu**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO – DEPTO LICITAÇÃO**  
RUA XV DE NOVEMBRO – 686 – CENTRO – TEL. (13) 3856-7100 – CEP 11930-000  
E-mail: [licitacao@pariqueiraacu.sp.gov.br](mailto:licitacao@pariqueiraacu.sp.gov.br)

**19.1** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

**20. FORO.**

**20.1** É eleito o Foro da Comarca de Pariqueira-Açu para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

**Pariqueira-Açu, 19 de janeiro de 2026.**



**WAGNER BENTO DA COSTA**  
Prefeito  
Responsável legal da CONTRATANTE

BRANDAO  
VEICULOS  
LTDA:536416150  
00163

Assinado de forma digital por BRANDAO  
VEICULOS LTDA:53641615000163  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Certificado  
Digital PJ A1, ou=Videoconferencia,  
ou=37743132000113, ou=AC  
SyngularID Multipla, cn=BRANDAO  
VEICULOS LTDA:53641615000163


**BRANDÃO VEÍCULOS LTDA**  
Álvaro José Camargo da Silva  
Responsável legal da CONTRATADA

Testemunha:

1º \_\_\_\_\_  
Nome  
CPF

 Documento assinado digitalmente  
**JESSE ROCHA JUNIOR**  
Data: 22/01/2026 14:32:30-0300  
Verifique em <https://validar.j5.gov.br>

2º \_\_\_\_\_  
Nome  
CPF

 JULIO GABRIEL  
RAMOS CARDOSO DE  
MORAES:4212949288  
6  
Assinado de forma digital por JULIO  
GABRIEL RAMOS CARDOSO DE  
MORAES:42129492886  
Dados: 2026.01.22 14:35:19-03107

“DEUS SEJA LOUVADO”





# Prefeitura Municipal de Pariqueira-Açu

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO – DEPTO LICITAÇÃO

RUA XV DE NOVEMBRO – 686 – CENTRO – TEL. (13) 3856-7100 – CEP 11930-000

E-mail licitacao@pariqueiraacu.sp.gov.br

## ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUEIRA-AÇU

CONTRATADO: BRANDÃO VEÍCULOS LTDA

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 005/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS (MINI VAN / SUV E HATCH) EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DE ESPORTES DESTE MUNICÍPIO

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### 1. **Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – Cad TCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração (ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

“DEUS SEJA LOUVADO”





# Prefeitura Municipal de Pariquera-Açu

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO – DEPTO LICITAÇÃO

RUA XV DE NOVENBRO – 686 – CENTRO – TEL. (13) 3856-7100 – CEP 11930-000

E-mail: [licitacao@pariqueraacu.sp.gov.br](mailto:licitacao@pariqueraacu.sp.gov.br)

## 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**Pariquera-Açu, 19 de janeiro de 2026.**

### **AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: WAGNER BENTO DA COSTA

Cargo: PREFEITO

CPF: 133.670.758-50

### **RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

Nome: WAGNER BENTO DA COSTA

Cargo: PREFEITO

CPF: 133.670.758-50



Assinatura: \_\_\_\_\_

### **RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

#### **Pelo contratante:**

Nome: WAGNER BENTO DA COSTA

Cargo: PREFEITO

CPF: 133.670.758-50



Assinatura: \_\_\_\_\_



# Prefeitura Municipal de Pariqueira-Açu

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO – DEPTO LICITAÇÃO

RUA XV DE NOVEMBRO – 686 – CENTRO – TEL. (13) 3856-7100 – CEP 11930-000

E-mail: [licitacao@pariqueiraacu.sp.gov.br](mailto:licitacao@pariqueiraacu.sp.gov.br)

## **Pela contratada:**

Nome: ÁLVARO JOSÉ CAMARGO DA SILVA

Cargo: SÓCIO-ADMINISTRADOR

CPF: 033.770.521-60

BRANDAO  
VEICULOS  
LTDA:53641  
615000163

Assinado de forma digital  
por BRANDAO VEICULOS  
LTDA:53641615000163  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,  
ou=Certificado Digital PJ A1,  
ou=Videoconferencia,  
ou=37743132000113,  
ou=AC SyngularID Multipla,  
cn=BRANDAO VEICULOS  
LTDA:53641615000163

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: WAGNER BENTO DA COSTA

Cargo: PREFEITO

CPF: 133.670.758-50



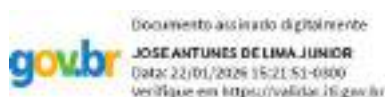
Assinatura: \_\_\_\_\_

## **GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: JOSÉ ANTUNES LIMA JUNIOR

Cargo: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

CPF: 316.004.518-88



Assinatura: \_\_\_\_\_

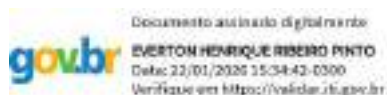
## **DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: FISCAL DE CONTRATO

Nome: EWERTON HENRIQUE RIBEIRO PINTO

Cargo: DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES, RECREAÇÃO E LAZER

CPF: 311.686.668-64



Assinatura: \_\_\_\_\_

“DEUS SEJA LOUVADO”



# Prefeitura Municipal de Pariqueira-Açu

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO – DEPTO LICITAÇÃO

RUA XV DE NOVEMBRO – 686 – CENTRO – TEL (13) 3856-7100 – CEP 11930-000

E-mail licitacao@pariqueiraacu.sp.gov.br

---

(\*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.

“DEUS SEJA LOUVADO”



Prefeitura do Município  
**Santa Izabel do Oeste**  
CNPJ 76.205.715/0001-42  
FONE: (46) 3542-1360 - e-mail: pefsio@gmail.com  
Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro  
CEP 85650-000 - Santa Izabel do Oeste - Paraná



## **CONTRATO N° 88/2026**

**DATA: 09/04/2026**

O **MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, sob n.º 76.205.715/0001-42, estabelecida à Rua Canela, esquina com a Rua Angico, nº 731, Centro - CEP 85.650-000, neste ato representada pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. Jean Pierr Catto, brasileiro, atualmente Administrador Público, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **NASA MOTORS LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 26.452.796/0001-07, sediado na Rodovia GO-060, KM 120, Esquina com a Av. Kennedy, nº 2300, São Jose, na cidade de São Luís de Montes Belos, Estado Goiás, CEP: 76.100-000, doravante designada **CONTRATADO**, neste ato representada por **KELINTON CLARO BARBOZA**, residente e domiciliado na cidade de São Luís de Montes Belos, Estado Goiás portador do RG. nº 5.365.908, e do CPF sob nº 038.284.491-23, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 13/2026 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90005/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

**1.1** O presente contrato tem como objeto a aquisição de veículos novos, 0 KM, automotor, SEDAN, conforme especificações do termo de referência, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Santa Izabel do Oeste/PR com Recursos da Resolução SESA nº 1.037/2025, Resolução SESA nº 1.156/2025, Recursos Estaduais, Federais e Próprios, conforme especificações, quantitativos, prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato.

**1.2** Os veículos serão entregues com primeiro emplacamento e licenciamento em nome do Fundo Municipal de Saúde, incluindo plotagem externa conforme padrão SESA e logomarca fornecida pelo Município.

**1.3** O presente contrato está vinculado ao Pregão Eletrônico nº 90005/2026, homologado em: 09/04/2026, pela Portaria de Homologação nº 15.844/2026.





**1.4 Objeto da contratação:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. MED.	MARCA	QTD.	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO SEDAN, 0 KM, ANO/MODELO VIGENTE OU SUPERIOR DO ANO DA CONTRATAÇÃO, MOTOR FLEX, POTÊNCIA MÍNIMA DE 105 CV, 4 PORTAS LATERAIS E 1 PORTA-MALAS, CAPACIDADE MÍNIMA PARA 5 OCUPANTES.	UN	HYUNDAY	3	R\$ 130.000,00	R\$ 390.000,00

**1.5** São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

**1.5.1** O Termo de Referência que embasou a contratação;

**1.5.2** O Edital da Licitação;

**1.5.3** A Proposta do contratado;

**1.5.4** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**2.1.** Os veículos deverão atender integralmente às especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I), em especial:

**a)** Marca/Modelo/Ano: 2026 ou superior, 0 km, cor branca;

**b)** Motorização e Transmissão: Motor flex, potência mínima de 105 cv, transmissão automática (CVT ou convencional), direção elétrica;

**c)** Itens Obrigatórios: Ar-condicionado, vidros e travas elétricas, airbags duplos, freios ABS (EBD), sistema multimídia com tela, USB, Android Auto/Apple CarPlay, câmera de ré ou sensores;

**d)** Garantia: Mínima de 12 meses de fábrica;



Prefeitura do Município  
**Santa Izabel do Oeste**  
CNPJ 76.295.715/0001-42  
FONE: (46) 3542-1360 - e-mail: pefsio@gmail.com  
Rua Canela esquina com Rua Ângico, 731 - Centro  
CEP 85650-000 - Santa Izabel do Oeste - Paraná



e) Revisões: Custos da primeira, segunda e terceira revisão incluídos no preço.

**2.2.** O veículo deverá ser registrado na Base Índice Nacional, cabendo à CONTRATADA comprovar o registro no ato da entrega.

**2.3.** Assistência Técnica: A CONTRATADA, ou a concessionária/revendedora por ela indicada, deverá possuir oficina própria e autorizada pelo fabricante localizada no Estado do Paraná, no raio máximo de 120 km da sede do Município, vedada a terceirização deste serviço.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

**3.1.** O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

**3.2.** O prazo para entrega de todos os veículos é de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura deste contrato.

**3.3.** O local de entrega será a sede da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Izabel do Oeste/PR, ou local designado pela CONTRATANTE, onde será realizada a vistoria e o recebimento provisório.

**3.4.** Poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que mantidas as condições originais de vantajosidade para a Administração, haja disponibilidade orçamentária e necessidade do serviço, mediante celebração de termo aditivo.

**3.5.** A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação.

**3.6.** A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

**3.7.** O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**3.8.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.





Prefeitura do Município  
**Santa Izabel do Oeste**  
CNPJ 76.295.715/0001-42  
FONE: (46) 3542-1360 - e-mail: [prefisio@gmail.com](mailto:prefisio@gmail.com)  
Rua Canela esquina com Rua Ângico, 731 - Centro  
CEP 85650-000 - Santa Izabel do Oeste - Paraná



**3.9.** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

**3.10.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

#### **CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))**

**4.1.** A CONTRATADA será integralmente responsável por todas as etapas de fornecimento, entrega, documentação e obrigações acessórias (emplacamento, licenciamento, plotagem).

**4.2.** A CONTRATADA não poderá, sob qualquer pretexto, transferir ou subcontratar total ou parcialmente a execução deste contrato, ressalvada a figura da concessionária autorizada para assistência técnica, desde que atendido o disposto na Cláusula 2.3.

**4.3.** É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto, incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

**4.4.** A substituição do médico indicado deverá ser comunicada e justificada formalmente à CONTRATANTE, que poderá aceitá-la ou não, desde que o substituto atenda a todos os requisitos de qualificação técnica do Termo de Referência.

**4.5.** O(s) profissional(is) da empresa prestadora de serviços deverá(ão) respeitar os procedimentos e protocolos administrativos, respeitando-se, todavia, suas dependências funcionais e técnicas.

**4.6.** É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE.

**4.7.** A eventual mudança do(a) Técnico(a) responsável e/ou dos profissionais indicados para a execução dos serviços junto à CONTRATADA, ou outra alteração a qualquer título,



Prefeitura do Município  
**Santa Izabel do Oeste**  
CNPJ 76.295.715/0001-42  
FONE: (46) 3542-1360 - e-mail: pefsio@gmail.com  
Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro  
CEP 85650-000 - Santa Izabel do Oeste - Paraná



será por esta imediatamente comunicada ao CONTRATANTE, que analisará a conveniência, podendo a CONTRATANTE rever as condições de presente no Termo de Referência.

**4.8.** Para o bom andamento dos serviços, a CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar a substituição de qualquer profissional prestador do serviço por motivo disciplinar ou técnico verificado.

**4.9.** O não cumprimento do disposto nos itens anteriores acarretará a anulação do empenho, bem como a convocação do fornecedor subsequente, considerando a ordem de classificação do certame. Ainda, o descumprimento dos prazos previstos acima ensejará na aplicação das penalidades previstas no edital, no termo de referência, no contrato e na lei de licitações, ficando todos os contratados desde já CIENTES E NOTIFICADAS da impossibilidade do descumprimento do prazo por se tratar de produtos de exclusivo uso para atendimento de finalidades administrativas.

**4.10.** Exceto quando expressamente fornecido pela CONTRATANTE, a CONTRATADA será integralmente responsável pelo fornecimento de todos os materiais, medicamentos, instrumentais, insumos, equipamentos de proteção individual (EPIs) e demais itens necessários para a execução dos serviços previstos no Anexo I.

**4.11.** A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seus anexos.

## **CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**5.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme disposto na Cláusula 4.2.

## **CLÁUSULA SEXTA - PREÇO**

**6.1** O valor total da contratação é de R\$ R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais).

**6.2** No valor acima estão inclusas todas as despesas, inclusive tributos, impostos, encargos, fretes, seguros, custos de primeiro emplacamento, licenciamento, plotagem e as três primeiras revisões, necessários ao cumprimento integral do objeto.



Prefeitura do Município  
**Santa Izabel do Oeste**  
CNPJ 76.295.715/0001-42  
FONE: (46) 3542-1360 - e-mail: pefsio@gmail.com  
Rua Canela esquina com Rua Ângico, 731 - Centro  
CEP 85650-000 - Santa Izabel do Oeste - Paraná



## **CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

**7.1** O pagamento será efetuado após a entrega, recebimento definitivo e apresentação da Nota Fiscal, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**7.2** A forma de pagamento será realizada por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.3** Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação de qualquer mercadoria ou serviço, o prazo de pagamento será descontinuado e reiniciado após a correção pela CONTRATADA.

**7.4** Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

**7.5** A empresa contratada deverá emitir o documento comprobatório do fornecimento das mercadorias e/ou prestação de serviços, sendo acompanhado de boleto bancário com vencimento na data estabelecida no contrato. Em caso de a empresa fazer a opção por pagamento através de transferência bancária (transferência/TED/DOC/PIX), esta responsabiliza-se pelo pagamento de todas as tarifas bancárias, autorizando, ao ente público efetuar o desconto da tarifa junto ao valor a ser creditado.

### **7.6 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**7.6.1** A emissão da Nota fiscal/fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou termo de referência:

**7.6.2** Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

**7.6.3** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a nota fiscal ou fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) o valor a pagar; e
- c) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.6.4** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o



Prefeitura do Município  
**Santa Izabel do Oeste**  
CNPJ 76.295.715/0001-42  
FONE: (46) 3542-1360 - e-mail: [prefisio@gmail.com](mailto:prefisio@gmail.com)  
Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro  
CEP 85650-000 - Santa Izabel do Oeste - Paraná



contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**7.6.5** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**7.6.6** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.6.7** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.6.8** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.6.9** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.6.10** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))**

**8.1** Os preços inicialmente pactuados poderão ser reajustados, a partir de 12 (doze) meses da data de assinatura, com base no menor índice entre IGP-M e IPCA, ou outro que os substitua, conforme autorizado na legislação.





Prefeitura do Município  
**Santa Izabel do Oeste**  
CNPJ 76.295.715/0001-42  
FONE: (46) 3542-1360 - e-mail: pefsio@gmail.com  
Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro  
CEP 85650-000 - Santa Izabel do Oeste - Paraná



## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**9.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**9.2** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**9.3** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**9.4** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**9.5** A Contratada obriga-se a:

**9.5.1** Entregar os veículos novos, 0 km, conforme especificações, no prazo e local ajustados;

**9.5.2** Fornecer toda a documentação do veículo, manual, chave reserva, ferramentas e comprovante de registro na Base Índice Nacional;

**9.5.3** Custear e realizar o primeiro emplacamento, licenciamento e plotagem nos termos da Cláusula 1.2;

**9.5.4** Cumprir integralmente as salvaguardas ambientais, sociais e as cláusulas de prevenção à fraude e corrupção previstas no Anexo I (Resolução SESA nº 262/2024);

**9.5.5** Manter a assistência técnica nos termos da Cláusula 2.3 pelo prazo mínimo de 60 meses após a garantia;

**9.5.6** Responsabilizar-se por todos os vícios ou defeitos do veículo, no prazo da garantia e além, conforme a lei;

**9.5.7** Custear todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros e quaisquer outros decorrentes da execução do contrato;

**9.5.8** Comunicar imediatamente qualquer fato que impeça ou dificulte o cumprimento dos prazos ou obrigações contratuais;



Prefeitura do Município  
**Santa Izabel do Oeste**  
CNPJ 76.295.715/0001-42  
FONE: (46) 3542-1360 - e-mail: [prefisio@gmail.com](mailto:prefisio@gmail.com)  
Rua Canela esquina com Rua Ângico, 731 - Centro  
CEP 85650-000 - Santa Izabel do Oeste - Paraná



**9.5.9** Responsabilizar-se civilmente por quaisquer danos causados a terceiros ou ao patrimônio público em decorrência de sua atuação;

**9.5.10** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

**9.5.11** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

**9.5.12** Emitir documento comprobatório do fornecimento das mercadorias e/ou prestação de serviços, sendo acompanhado de boleto bancário com vencimento na data estabelecida no contrato. Em caso de a empresa fazer a opção por pagamento através de transferência bancária (transferência/TED/PIX), esta responsabiliza-se pelo pagamento de todas as tarifas bancárias, autorizando ao ente público efetuar o desconto da tarifa junto ao valor a ser creditado;

**9.5.13** Apresentar e manter à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, atestado de capacidade técnica da empresa e do(s) profissional(is) designado(s);

**9.5.14** Cumprir integralmente o disposto no Termo de Conduta nº 55/2023, firmado entre o Município e o Ministério Público do Trabalho, que integra este contrato como Anexo II;

**9.5.15** Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, qualquer situação que possa impossibilitar o cumprimento dos prazos ou da escala de atendimento estabelecida.

**9.6** A Contratante obriga-se a:

**9.6.1** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**9.6.2** Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**9.6.3** Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;





Prefeitura do Município  
**Santa Izabel do Oeste**  
CNPJ 76.295.715/0001-42  
FONE: (46) 3542-1360 - e-mail: [prefisio@gmail.com](mailto:prefisio@gmail.com)  
Rua Canela esquina com Rua Ângico, 731 - Centro  
CEP 85650-000 - Santa Izabel do Oeste - Paraná



**9.6.4** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

**9.6.5** Rejeitar, no todo ou em parte os equipamentos e acessórios entregues em desacordo com as especificações contidas nesse Termo de Referência;

**9.6.6** Designar servidor(es) para atuar como fiscal(is) técnico(s) e administrativo(s) do contrato, para acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, nos termos do Anexo I e da legislação aplicável.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**

**10.1** Não há garantia de execução prevista para o objeto em questão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))**

**11.1** Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



Prefeitura do Município  
**Santa Izabel do Oeste**  
CNPJ 76.295.715/0001-42  
FONE: (46) 3542-1360 - e-mail: [prefisio@gmail.com](mailto:prefisio@gmail.com)  
Rua Canela esquina com Rua Ângico, 731 - Centro  
CEP 85650-000 - Santa Izabel do Oeste - Paraná



**11.2** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias;

(2) Compensatória de 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total do contrato.

a. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

**11.3** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**11.4** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**11.5** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**11.6** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



**11.7** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**11.8** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**11.9** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.10** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

**11.11** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**11.12** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e



Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**11.13** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

**11.14** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

**12.1** O contrato será se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**12.2** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**12.3** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a)** ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b)** poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**12.4** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.4.01** Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

**12.4.02** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**12.4.03** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.



**12.5** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**12.5.01** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.5.02** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.5.03** Indenizações e multas.

**12.6** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

**13.1** As despesas com a prestação do serviço indicado na Cláusula Segunda deste contrato correrão à conta da Dotação Orçamentária:

Ref. Dotação	Orgão/ Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
709	09.002	10.301.0022.2.294	3.4.4.90.52.52.00	00378
711	09.002	10.301.0022.2.300	3.4.4.90.52.52.00	00378
714	09.002	10.301.0022.2.518	3.4.4.90.52.52.00	00304
706	09.002	10.303.0026.2.066	3.4.4.90.52.52.00	00378
707	09.002	10.304.0027.2.165	3.4.4.90.52.52.00	00378
458	09.002	10.301.0022.2.518	3.4.4.90.52.52.00	00303

Origem dos Recursos Financeiros:

00378 - Bloco de Investimento SUS - Estadual
00304 - Alienação de Bens da Saúde
00303 - Saúde Percentual Vinc. S/a Rec.de Imp.

**13.2** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

**14.1** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo





Prefeitura do Município  
**Santa Izabel do Oeste**  
CNPJ 76.295.715/0001-42  
FONE: (46) 3542-1360 - e-mail: [prefisio@gmail.com](mailto:prefisio@gmail.com)  
Rua Canela esquina com Rua Ângico, 731 - Centro  
CEP 85650-000 - Santa Izabel do Oeste - Paraná



as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

**15.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**15.2** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**15.3** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**15.4** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

**16.1** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

## **CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GESTÃO DO CONTRATO**

**17.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**17.2** A CONTRATANTE designará servidor(es) para exercer as funções de fiscalização técnica e administrativa do contrato.



Prefeitura do Município  
**Santa Izabel do Oeste**  
CNPJ 76.295.715/0001-42  
FONE: (46) 3542-1360 - e-mail: [prefisio@gmail.com](mailto:prefisio@gmail.com)  
Rua Canela esquina com Rua Ângico, 731 - Centro  
CEP 85650-000 - Santa Izabel do Oeste - Paraná



**17.3** A CONTRATADA indicará preposto(s) com poderes para representá-la perante a CONTRATANTE.

**17.4** As demais obrigações relacionadas à execução dos serviços encontram-se detalhadas nas Cláusulas Terceira e Oitava deste instrumento.

**17.5** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

**17.6** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**17.7** O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

**17.8** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).

**17.9** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

**17.10** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

**17.11** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

**17.12** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

**17.13** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**17.14** O profissional executor do serviço deverá apresentar conduta moral, ética e honesta compatível e conveniente com a execução da sua função dentro da instituição.



Prefeitura do Município  
**Santa Izabel do Oeste**  
CNPJ 76.295.715/0001-42  
FONE: (46) 3542-1360 - e-mail: pefsio@gmail.com  
Rua Canela esquina com Rua Ângico, 731 - Centro  
CEP 85650-000 - Santa Izabel do Oeste - Paraná



**17.15** Condutas imorais, céticas, desrespeitosas, irregulares, incorretas e não condizentes com a função exercida pelo profissional durante a prestação de serviços, de forma contrária à lei ou aos bons costumes, ou ainda, o desvirtuamento do comportamento, caracterizando incontinência de conduta (atos obscenos, condutas libertinas ou relacionadas a sexualidade), incorrerão em falta grave e serão consideradas pela administração municipal como passíveis de encaminhamento de procedimento administrativo e/ou rescisão unilateral de contrato.

**17.16** Em caso de falta grave, conforme descrito nos itens 9.1.14 e 9.1.15, serão responsabilizados pela administração municipal pelos atos tanto o profissional quanto a empresa contratada.

**17.17** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **CLAUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO**

**18.1** As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA NATUREZA DA CONTRATAÇÃO**



Prefeitura do Município  
**Santa Izabel do Oeste**

CNPJ 76.295.715/0001-42

FONE: (46) 3542-1360 - e-mail: pefsio@gmail.com

Rua Canela esquina com Rua Angico, 731 - Centro  
CEP 85650-000 - Santa Izabel do Oeste - Paraná



MUNICÍPIO DE  
**SANTA IZABEL DO OESTE**

**19.1** A CONTRATADA deverá dedicar profissional(is) com qualificação e jornada compatíveis para atender integralmente às necessidades da CONTRATANTE, nos horários e prazos estipulados neste contrato. Qualquer outra atividade do(s) profissional(is) designado(s) não poderá comprometer a qualidade, a disponibilidade e o pronto atendimento exigidos para o cumprimento do objeto deste contrato.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS SALVAGUARDAS, PREVENÇÃO À FRAUDE E CORRUPÇÃO**

**20.1** A CONTRATADA declara estar em conformidade e se obriga a cumprir as Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial e as Diretrizes Anticorrupção previstas na Resolução SESA nº 262/2024, permitindo a inspeção de seus registros por auditores indicados.

**20.2** As partes comprometem-se a observar a Lei Anticorrupção (12.846/2013) e a Lei de Improbidade Administrativa (8.429/1992).

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO ([art. 92, §1º](#))**

**21.1** Fica eleito o Foro da Comarca de Realeza para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Santa Izabel do Oeste – PR, 09 de abril de 2026.



Assinado digitalmente por:  
**JEAN PIERR CATTO**  
Prefeito  
026.863.009-73  
09/04/2026 15:14:22

**JEAN PIERR CATTO**

**CONTRATANTE**



Assinado digitalmente por:  
**CLENIR TEIXEIRA**  
033.295.639-31  
10/04/2026 10:58:15  
Assinatura digital avançada.

**TESTEMUNHA 1**



Assinado digitalmente por:  
**CRISTIANE REGINA KASBURG**  
059.063.599-90  
10/04/2026 10:46:38  
Assinatura digital avançada.

**CRISTIANE REGINA KASBURG – FISCAL**



Documento assinado digitalmente  
**HELINTON CLARO BARBOZA**  
Data: 09/04/2026 14:12:19-0800  
Verifique em <https://validar16.gov.br>

**NASA MOTORS LTDA**

**CONTRATADA**



Assinado digitalmente por:  
**LETÍCIA LODI WOICHEOWSKI TAVARES**  
110.503.279-50  
10/04/2026 13:05:47  
Assinatura digital avançada.

**TESTEMUNHA 2**



Prefeitura do Município  
**Santa Izabel do Oeste**

CNPJ 76.295.715/0001-42

FONE: (46) 3542-1360 - e-mail: [prefisio@gmail.com](mailto:prefisio@gmail.com)

Rua Canela esquina com Rua Anglico, 731 - Centro

CEP 85650-000 - Santa Izabel do Oeste - Paraná



MUNICÍPIO DE  
**SANTA IZABEL DO OESTE**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 88/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2026**

**PARTES:** Município de Santa Izabel do Oeste e Nasa Motors LTDA.

**OBJETO:** Aquisição de veículos novos, 0 KM, automotor, SEDAN, conforme especificações do termo de referência, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Santa Izabel do Oeste/PR com Recursos da Resolução SESA nº 1.037/2025, Resolução SESA nº 1.156/2025, Recursos Estaduais, Federais e Próprios, conforme especificações, quantitativos e condições técnicas detalhadas no Termo de Referência (Anexo I).

**VIGÊNCIA:** 09/04/2027.

**VALOR TOTAL:** R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais).

**DATA:** 09/04/2026.





**CÂMARA MUNICIPAL DE CRAVINHOS**  
**Estado de São Paulo**

---

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 01/2026**

Processo Administrativo n° 17/2025

Pregão Eletrônico n° 01/2026

**CONTRATANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE CRAVINHOS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n° 49.230.618/0001-37, com sede na Rua Tiradentes, n° 263, Centro, Cravinhos/SP, neste ato representada por seu Presidente Sr. Luis Carlos Marcelino Siqueira, portador do CPF 084.557.908-81 e do RG: RG: 20.407.508, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**.

**CONTRATADA:** MAGGI MOTORS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 03.703.339/01001-42, inscrição estadual n° 387093365118, inscrição municipal n° 0011478, com endereço à Av. Doutor Otaviano Pereira Mendes, 1188, Centro, ITU/SP, CEP 12.301-000, por seu Representante Legal, **LEONARDO DE ANDRADE PAIVA**, CPF n° 251.395.328-24, RG n° 25.457.790-8, residente e domiciliado à Rua Aníbal Costa Dias, 415, AP 71, Vila Lucy, Sorocaba-SP, CEP 18.043-020, têm justos e certos o presente Contrato, mediante as Cláusulas e condições seguintes:



**CÂMARA MUNICIPAL DE CRAVINHOS**  
**Estado de São Paulo**

---

**CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL**

1.1. Tendo em vista o que consta no Processo nº 17/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 01/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO (art. 92, I e II)**

2.1. Constitui objeto do presente contrato, a Aquisição de 01 (um) Veículo, zero-quilômetro (Tipo Sedan 05 portas - automático), conforme condições, quantidades e especificações técnicas contidas no Edital e Anexos.

2.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.2.1. O Termo de Referência;

2.2.2. O Edital da Licitação;

2.2.3. A Proposta do contratado;

2.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.1. O prazo de vigência será prorrogado, desde que a Contratada comunique as razões respectivas com pelo menos 30 dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas as



**CÂMARA MUNICIPAL DE CRAVINHOS**  
**Estado de São Paulo**

---

providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

3.1.2. Os bens deverão ser entregues na sede da Câmara Municipal de Cravinhos, situada à Rua Tiradentes, nº 163, Centro, CEP 14.140-00, Cravinhos/SP, horário das 08:00h às 17:00h, correndo por conta e risco do fornecedor, o seguro, a carga e descarga do veículo;

3.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

3.1.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

3.1.5. A aquisição do objeto licitado deverá ser entregue de forma total, após o recebimento da respectiva Ordem de Compra/Fornecimento.

**CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO**

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CRAVINHOS**  
**Estado de São Paulo**

---

**CLÁUSULA SEXTA - PREÇO (art. 92, V)**

6.1. O valor total da contratação é de **R\$ 166.900,00 (cento e sessenta e seis mil e novecentos reais)**.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, neles estando inclusas além do lucro todas e quaisquer despesas, tais como, transportes, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, tributos de quaisquer naturezas, taxas e impostos e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas, relacionadas com os serviços objeto da presente licitação, inclusive as despesas com seguro, **a carga e descarga do veículo que serão entregues na sede da Câmara Municipal de Cravinhos, situada à Rua Tiradentes, nº 163, Centro, Cândido Mota/SP, Horário das 08:00h às 17:00h, correndo por conta exclusivo da CONTRATADA.**

**CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

7.1. O prazo para pagamento da Contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE (art. 92, V)**

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis até o final da vigência do presente instrumento.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, X, XI e XIV)**

9. São obrigações da Contratada:

9.1. Realizar a entrega do automóvel na forma preceituada, observadas as especificações técnicas do Termo de Referência;



**CÂMARA MUNICIPAL DE CRAVINHOS**  
**Estado de São Paulo**

---

9.2. A Contratada deverá dar garantia do veículo ofertado de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses;

9.3. Durante o prazo de garantia a CONTRATADA **deverá:**

9.3.1. Substituir o veículo que após a entrega e aceite e durante o prazo de garantia, venha a apresentar defeito de fabricação, em um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

9.3.2. Atender durante o prazo de garantia do veículo, aos chamados de manutenção corretiva, efetivando os reparos necessários, mediante o encaminhamento imediato à rede autorizada, observados os prazos do fabricante;

9.3.3. Proceder durante o período de garantia e em caso de necessidade de substituição de produtos e/ou componentes que não mais existam no mercado em razão da evolução ou por qualquer outro motivo, a substituição por produtos e/ou componentes tecnologicamente equivalentes ou superiores, sem ônus para a Contratante;

9.3.4. Nenhum custo adicional será pago por ocasião de locomoção de técnicos ou aparelhos, sendo os mesmos de inteira responsabilidade da Contratada;

9.3.5. Providenciar independentemente de ser ou não o fabricante, a correção ou a substituição de todo produto ofertado ou de suas peças, acessórios e componentes que apresentarem defeito de fabricação ou divergência com as especificações fornecidas, sem ônus para a Administração, em conformidade com o estabelecido no Contrato e seus anexos, observado a legislação pertinentes;





**CÂMARA MUNICIPAL DE CRAVINHOS**  
**Estado de São Paulo**

---

9.3.6. Substituir o automóvel ofertado ou suas peças, acessórios e componentes que apresentem defeito de fabricação por aparelho novo e que possua a mesma especificação técnica originalmente proposta;

9.4. Realizar a entrega do automóvel dentro do prazo estipulado no Termo de Referência;

9.5. Descrever sua proposta obedecendo às especificações constantes no Termo de Referência, bem como demais informações necessárias ao perfeito entendimento do conteúdo, sob pena de desclassificação da mesma, caso não o faça;

9.6. Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que darão origem ao contrato;

9.7. É de responsabilidade da licitante vencedora todas as despesas e encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, tributários e previdenciários, decorrentes da execução dos serviços, respondendo pelos mesmos nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021;

**CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

10.1. Comunicar a empresa vencedora de todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto do Termo de Referência;

10.2. Rejeitar, no todo ou em parte, o bem entregue fora da especificação do Termo de Referência;

10.3. Providenciar definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material, a consequente aceitação.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CRAVINHOS**  
**Estado de São Paulo**

---

10.4. O recebimento e a aceitação dos objetos estarão condicionados à observância de suas descrições técnicas, cabendo à verificação e avaliação, sendo atestados, mediante avaliação técnica favorável pelo responsável fiscal, a **Sra. Marcela Pereira Lopes** e, subsidiariamente, a Sra. Vânia de Cássia Peres.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1 As infrações e sanções administrativas encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



**CÂMARA MUNICIPAL DE CRAVINHOS**  
**Estado de São Paulo**

---

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei n.º 12.846 de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1. a 11.1.9.;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo



**CÂMARA MUNICIPAL DE CRAVINHOS**  
**Estado de São Paulo**

---

prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Detentora, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

11.5 A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

11.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;



**CÂMARA MUNICIPAL DE CRAVINHOS**  
**Estado de São Paulo**

---

11.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846 de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização;

11.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846 de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

11.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previstos nas Leis n.º 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto, ou nos casos previstos no artigo 137, incisos I até V da Lei Federal n.º 14.133/21.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Contratante providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.





**CÂMARA MUNICIPAL DE CRAVINHOS**  
**Estado de São Paulo**

---

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Contratante optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão pela seguinte dotação orçamentária:

**Ficha: 10**

**Órgão: 01.00 – Poder Legislativo**

**Unidade: 01.01 – Corpo Legislativo**

**Classificação Funcional: 01.031.0001.1.002 – Equipamento e Material Permanente.**

**Natureza da Despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente.**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CRAVINHOS**  
**Estado de São Paulo**

---

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá à contratante divulgar o presente instrumento, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cravinhos/SP, como para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Fica expressamente vedada a vinculação deste Contrato em operação de qualquer natureza que a CONTRATADA tenha ou venha a assumir.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CRAVINHOS**  
**Estado de São Paulo**

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes CONTRATANTE e CONTRATADA.

Cravinhos, 09 de março 2026.

**LUIS CARLOS MARCELINO**  
**SIQUEIRA:08455790881**

Assinado digitalmente por LUIS CARLOS MARCELINO  
SIQUEIRA:08455790881  
ND: C=BR, CN=LUIS CARLOS MARCELINO  
SIQUEIRA:08455790881, O=ICP-Brasil, OU=Certificado PF  
A1  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2026.03.11 11:17:10-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 2025.3.0

**CONTRATANTE**

**CÂMARA MUNICIPAL DE CRAVINHOS**

Luis Carlos Marcelino Siqueira

**LEONARDO DE ANDRADE**

**PAIVA:25139532824**

Assinado de forma digital por  
LEONARDO DE ANDRADE  
PAIVA:25139532824  
Dados: 2026.03.11 08:35:08 -03'00'

**CONTRATADO**

**MAGGI MOTORS LTDA**

LEONARDO DE ANDRADE PAIVA

TESTEMUNHAS:

Documento assinado digitalmente  
**FABRICIO ALVES PEREIRA**  
Data: 11/03/2026 13:00:58-0800  
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

1-

2-

**JONATHAN DE OLIVEIRA**  
**LUCCA:36221176808**

Assinado digitalmente por JONATHAN DE OLIVEIRA  
LUCCA:36221176808  
ND: C=BR, CN=JONATHAN DE OLIVEIRA, LUCCA:36221176808, O=  
ICP-Brasil, OU=Certificado PF A1  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2026.03.11 13:39:02-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 2025.3.0

**Câmara Municipal de Cravinhos**

Rua Tiradentes, 263, Centro, Cravinhos - SP

Telefone PABX: (16) 3951.1209 • [www.camaracravinhos.sp.gov.br](http://www.camaracravinhos.sp.gov.br)



Valdecir dos Santos &lt;infraestruturant@gmail.com&gt;

---

**Solicitação de orçamento**

2 mensagens

**Valdecir dos Santos** <infraestruturant@gmail.com>

26 de janeiro de 2026 às 09:51

Para: marcocasagrande@comercialoeste.com.br

Segue em anexo solicitação de orçamento visando a abertura de processo licitatório, caso seja de interesse dessa empresa o fornecimento do mesmo, peço que este seja preenchido, assinado e preferencialmente encaminhado como resposta a este e-mail em até 05 dias a contar da data de hoje

**ORÇAMENTO VEICULOS 2026.docx**

17K

---

**Marco Antonio Casagrande** <marcocasagrande@comercialoeste.com.br>

27 de janeiro de 2026 às 16:49

Para: Valdecir dos Santos &lt;infraestruturant@gmail.com&gt;

Boa tarde.

Segue cotações solicitadas.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

Atenciosamente,

**Scan\_20260127\_164818.pdf**

7227K



Valdecir dos Santos &lt;infraestruturant@gmail.com&gt;

---

**Solicitação de orçamento**

1 mensagem

---

**Valdecir dos Santos** <infraestruturant@gmail.com>

26 de janeiro de 2026 às 09:51

Para: alan.camargo@zacarias.com.br

Segue em anexo solicitação de orçamento visando a abertura de processo licitatório, caso seja de interesse dessa empresa o fornecimento do mesmo, peço que este seja preenchido, assinado e preferencialmente encaminhado como resposta a este e-mail em até 05 dias a contar da data de hoje

**ORÇAMENTO VEICULOS 2026.docx**

17K



Valdecir dos Santos &lt;infraestruturant@gmail.com&gt;

---

**Solicitação de orçamento**

1 mensagem

**Valdecir dos Santos** <infraestruturant@gmail.com>

3 de fevereiro de 2026 às 16:07

Para: licitacao.sl@viamondo.com.br

Segue em anexo solicitação de orçamento visando a abertura de processo licitatório, caso seja de interesse dessa empresa o fornecimento do mesmo, peço que este seja preenchido, assinado e preferencialmente encaminhado como resposta a este e-mail em até 05 dias a contar da data de hoje

**ORÇAMENTO VEICULOS 2026.docx**

17K





## Proposta de Venda

Cliente: Município de Nova Tebas  
CPF/CNPJ: 80.628.172/0001-03  
Telefone: (42) 3643-1188  
E-mail: planejamentoont@gmail.com



## Polo Track (Exclusivo Varejo)

R111Q4 - Transmissão: Manual - 84 cv - Total Flex - Modelo: 2026

### Meu Acabamento Interno

XK - Tecido R\$ 0,00

### Minha Cor

B4B4 - Branco Cristal R\$ 900,00

Valor do Veículo



R\$ 100.790,00

Cor

R\$ 900,00

Opcionais

R\$ 1.710,00

Sub Total

R\$ 103.400,00

**Valor Total**

**R\$ 103.400,00**

## Seus Itens Opcionais

PH4 - VW Play

R\$ 1.710,00

- Sistema multimídia "VW Play" tela de 10,1" touchscreen e App-Connect
- Luzes de leitura dianteiras

**COMERCIAL OESTE LTDA**

CNPJ: 77.882.587/0001-34

I. E.: 40100686-95

Rua Azevedo Portugal, 777 - Centro

CEP: 85.010-200 Guarapuava-PR

*Marco Antonio Casagrande*

### Condições:

O PREÇO REFERÊNCIA fixado nesta proposta é meramente indicativo. O PREÇO DEFINITIVO será determinado na data do faturamento conforme Tabela de Preços Público em vigor. Prazo de entrega de acordo com a disponibilidade do fabricante. Prazo de pagamento de 10 dias, contados a partir da data do faturamento. Informamos que a Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., poderá alterar modelos, materiais, equipamentos e especificações ou descontinuar a produção de qualquer produto sem prévio aviso e sem incorrer em qualquer responsabilidade perante seus concessionários ou demais adquirentes de seus produtos, sem prejuízo ao disposto na lei 6729/79. Todos os preços são divulgados em reais (R\$). Preços, prazos, especificações técnicas, itens de série, opcionais, acabamento interno e cores estão sujeitos a alterações pelo fabricante sem aviso prévio. Alguns itens podem estar indisponíveis quando o seu veículo for produzido. Consulte um revendedor sobre a disponibilidade de sua configuração. Pneus são fornecidos e garantidos pelo fabricante.

000214 - Comercial Oeste

Marco Antonio Casagrande (Consultor de Vendas)

Telefone: (42) 3621-3343

Cel: (42) 9 9992-9926

E-mail: marcocasagrande@comercialoeste.com.br

Rua Azevedo Portugal, 777, Centro, Guarapuava, PR, CEP: 85010-200 | (42) 3621-3343

### Observações:

Cotação: 10910857 Data: 27/01/2026 Modelo: R111Q4 'MY26' Ed. '1 As imagens desta cotação, são meramente ilustrativas.

Data de validade: 31/01/2026

# Polo Track (Exclusivo Varejo)

R111Q4 - Transmissão: Manual - 84 cv - Total Flex - Modelo: 2026

## Seus Itens de Série

- Airbags dianteiros (2) e laterais para os ocupantes dianteiros (2)
- Alto-Falantes (4)
- "ESS" - Alerta de frenagem de emergência
- Alerta sonoro e visual de não utilização dos cintos de segurança dianteiros e traseiros
- Antena de teto
- Ar-condicionado com filtro de poeira e pólen
- Banco do motorista com ajuste milimétrico de altura
- Banco traseiro com encosto rebatível
- Chave "canivete" com controle remoto
- Cintos de segurança dianteiros com regulagem de altura (motorista) e pré-tensionador
- Coluna de direção com ajuste de altura e profundidade
- Computador de bordo
- Controle eletrônico de estabilidade (ESC), controle de tração (ASR), bloqueio eletrônico do diferencial (EDS)
- Desembaçador, limpador e lavador do vidro traseiro
- Direção elétrica
- Espelhos retrovisores externos com luzes indicadoras de direção integradas
- Fixação de assento de criança com sistema ISOFIX® / Top tether
- Freios "ABS" com "EBD" - distribuição eletrônica de frenagem
- "HHC" (Hill Hold Control) - Assistente para partida em subidas
- Para-choques dianteiro e traseiro na cor do veículo
- Para-óis (espelho no lado do passageiro)
- Rodas de aço aro 15" com pneus 185/65 R15 e supercalotas
- Sistema de controle da perda de pressão dos pneus
- Sistema de frenagem automática pós colisão "Post Collision Brake"
- Sistema de infotainment Media Plus II
- Transmissão manual de 5 velocidades
- Travamento elétrico e remoto das portas, porta-malas e tampa de combustível
- Tomada USB tipo C
- Vidros elétricos dianteiros
- Volante multifuncional

000214 - Comercial Oeste  
Marco Antonio Casagrande (Consultor de Vendas)  
Telefone: (42) 3621-3343  
Cel: (42) 9 8992-9926  
E-mail: marcocasagrande@comercialoeste.com.br

Observações:  
Cotação: 10910857 Data: 27/01/2026 Modelo: R111Q4 'MY26' Ed. 1 As imagens desta cotação, são meramente ilustrativas.  
Data de validade: 31/01/2026

Rua Azevedo Portugal, 777, Centro, Guariguava, PR, CEP: 85010-200 | (42) 3621-3343



## Proposta de Venda

Cliente: Município de Nova Tebas  
CPF/CNPJ: 00.620.172/0001-05  
Telefone: (42) 3643-1109  
E-mail: planejamentoont@gmail.com



## Virtus Sense

BZ4AK4 - Transmissão: Manual - 116 cv - Total Flex - Modelo: 2026

### Meu Acabamento Interno

WK - Tecido R\$ 0,00

### Minha Cor

B4B4 - Branco Cristal R\$ 900,00

Valor do Veículo



R\$ 117.890,00

Car

R\$ 900,00

Opcionais

R\$ 0,00

Sub Total

R\$ 118.790,00

**Valor Total**

**R\$ 118.790,00**

COMERCIAL OESTE LTDA

CNPJ: 77.882.587/0001-34

I. E.: 40100686-95

Rua Azevedo Portugal, 777-Centro

CEP: 85.010-200 Guarapuava-PR

*Marco Antonio Casagrande*

### Condições:

O PREÇO REFERÊNCIA fixado nesta proposta é meramente indicativo. O PREÇO DEFINITIVO será determinado na data do faturamento conforme Tabela de Preços Público em vigor. Prazo de entrega de acordo com a disponibilidade do fabricante. Prazo de pagamento de 10 dias, contados a partir da data do faturamento. Informamos que a Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., poderá alterar modelos, materiais, equipamentos e especificações ou descontinuar a produção de qualquer produto sem prévio aviso e sem incorrer em qualquer responsabilidade perante seus concessionários ou demais adquirentes de seus produtos, sem prejuízo no disposto na lei 6729/79. Todos os preços são divulgados em reais (R\$). Preços, prazos, especificações técnicas, itens de série, opcionais, acabamento interno e cores estão sujeitos a alterações pelo fabricante sem aviso prévio. Alguns itens podem estar indisponíveis quando o seu veículo for produzido. Consulte um revendedor sobre a disponibilidade de sua configuração. Pneus são fornecidos e garantidos pelo fabricante.

000214 - Comercial Oeste  
Marco Antonio Casagrande (Consultor de Vendas)  
Telefone: (42) 3621-3343  
Cel: (42) 9 9992-8926  
E-mail: marcocasagrande@comercialoeste.com.br

### Observações:

Cotação: 19910901 Data: 27/01/2026 Modelo: BZ4AK4 MY26 Ed. 1 As imagens desta cotação, são meramente ilustrativas.  
Data de validade: 31/01/2026

Rua Azevedo Portugal, 777, Centro, Guarapuava, PR, CEP: 85010-200 | (42) 3621-3343

# Virtus Sense

**BZ4AK4 - Transmissão: Manual - 116 cv - Total Flex - Modelo: 2026**

## Seus Itens de Série

- Airbags (2 frontais, 2 laterais nos bancos dianteiros, 2 de cortina)
- Alto-Falantes (4)
- ESS - Alerta de frenagem de emergência
- "HHC" (Hill Hold Control) - Assistente para partida em subidas
- Alerta sonoro e visual de não utilização dos cintos de segurança dianteiros e traseiros
- Antena na teta
- Ar-condicionado com filtro de poeira e pólen
- Banco do motorista com ajuste milimétrico de altura
- Banco traseiro com encosto rebatível
- Capas dos retrovisores e maçanetas selfcolor
- Chave "canivete" com controle remoto
- Cintos de segurança dianteiros com regulagem de altura e pré-tensionador
- Coluna de direção com ajuste de altura e profundidade
- Computador de bordo
- Controle eletrônico de estabilidade (ESC), controle de tração (ASR), bloqueio eletrônico do diferencial (EDS)
- Desembaçador do vidro traseiro
- Direção elétrica
- Faróis de LED com luz de condução diurna de LED integrada
- Fixação de assento de criança com sistema ISOFIX® / Top tether
- Freios "ABS" com "EBD" - distribuição eletrônica de frenagem
- Lanternas traseiras em LED
- Luzes de leitura dianteira e traseira
- Painel de instrumentos digital de 9"
- Para-choques dianteiro e traseiro na cor do veículo
- Para-sóis com espelhos iluminados
- Piloto automático com limitador de velocidades - Controle automático de velocidade
- Rodas de aço aru 15" com pneus 195/65 R15 e supercalotas
- Sistema de controle da perda de pressão dos pneus
- Sistema de frenagem automática pós colisão "Post Collision Brake"
- Sistema de infotainment Media Plus II
- Transmissão manual de 5 velocidades
- Travamento elétrico e remoto das portas, porta-malas e tampa de combustível
- Vidros elétricos dianteiros e traseiros com função "one touch" nos dianteiros
- Volante multifuncional

000214 - Comercial Oeste  
Marco Antonio Casagrande (Consultor de Vendas)  
Telefone: (42) 3621-3343  
Cel: (42) 9 6892-8826  
E-mail: marocasagrande@comercialoeste.com.br

Observações:  
Cotação: 10910901 Data: 27/01/2026 Modelo: BZ4AK4 "MY26" Ed. "I As imagens desta cotação, são meramente ilustrativas.  
Data de validade: 31/01/2026

Rua Azevedo Portugal, 777, Centro, Guarapuá, PR, CEP: 85010-200 | (42) 3621-3343

# Edital nº 05/2025

Última atualização 13/04/2026



[Acessar Contratação](#)

**Local:** Buritinópolis/GO

**Órgão:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO E AMBIENTAL NORDESTE GOIANO - CISBAN - GO

**Unidade compradora:** 9223 - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Básico e Ambiental do Nordeste Goiano - CISBAN

**Modalidade da contratação:** Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

**Modo de disputa:** Aberto **Registro de preço:** Não **Fonte orçamentária:** Não informada

**Data de divulgação no PNCP:** 23/01/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

**Data de início de recebimento de propostas:** 23/01/2026 11:10 (horário de Brasília)

**Data fim de recebimento de propostas:** 11/02/2026 14:00 (horário de Brasília)

**Id contratação PNCP:** 18362730000106-1-000017/2025 **Fonte:** ECustomize Consultoria em Software S.A

## Objeto:

[Portal de Compras Públicas] - o registro de preços para contratação de empresa para futura e eventual aquisição de veículos, zero km, afim de atender as necessidades dos municípios que fazem parte do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL DO NORDESTE GOIANO (CISBANGO), conforme quantidade e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

### VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 237,475,040,86

\* Esta compra possui itens com orçamento sigiloso

### VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 203.636.471,14

[Itens](#)

[Arquivos](#)

[Histórico](#)

Número

Descrição

Quantidade

Valor unitário estimado



1	VEÍCULO SEDAN 1.0 - VEÍCULO NOVO 0 KM TIPO SEDAN ANO/MOD 2026. MOTOR FLEX A PARTIR DE 3 CILINDROS. INJEÇÃO ELETRÔNICA DE COMBUSTÍVEL; MOTOR 1.0 OU SUPERIOR E/OU MÍNIMO DE 70 CV DE POTÊNCIA. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS: 5 PORTAS; COM ABS; AR- CONDICIONADO COM CONTROLE DE TEMPERATURA E SISTEMA DE RECIRCULAÇÃO; DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO; DIREÇÃO HIDRÁULICA/ELETRICA, TRANSMISSÃO MANUAL OU AUTOMÁTICA, VIDRO ELÉTRICO NAS PORTAS DIANTEIRAS. FERRAMENTAS E ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. COR BRANCA OU PRATA	26	R\$ 115.000,00
2	VEÍCULO SEDAN 1.0 TURBO OU 1.3 OU SUPERIOR - VEÍCULO NOVO 0 KM TIPO SEDAN ANO/MOD 2026. MOTOR FLEX A PARTIR DE 3 CILINDROS. INJEÇÃO ELETRÔNICA DE COMBUSTÍVEL; MOTOR MÍNIMO DE 100 CV DE POTÊNCIA. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS: 5 PORTAS; ALARME; CONTROLE DE TRAÇÃO E ESTABILIDADE; SISTEMA DE FREIOS COM ABS; AR- CONDICIONADO COM CONTROLE DE TEMPERATURA E SISTEMA DE RECIRCULAÇÃO; DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO; DIREÇÃO HIDRÁULICA/ELETRICA, TRANSMISSÃO MANUAL, VIDRO ELÉTRICO NAS PORTAS DIANTEIRAS. FERRAMENTAS E ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. COR BRANCA OU PRATA	26	R\$ 125.000,00
3	VEÍCULO SEDAN 1.0 TURBO OU 1.3 OU SUPERIOR - VEÍCULO NOVO 0 KM TIPO SEDAN ANO/MOD 2026. MOTOR FLEX A PARTIR DE 3 CILINDROS. INJEÇÃO ELETRÔNICA DE COMBUSTÍVEL; MOTOR 1.3 OU SUPERIOR E/OU MÍNIMO DE 100 CV DE POTÊNCIA. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS: 5 PORTAS; ALARME; CONTROLE DE TRAÇÃO E ESTABILIDADE; SISTEMA DE FREIOS COM ABS, EBD E PBA; AR CONDICIONADO COM CONTROLE DE TEMPERATURA E SISTEMA DE RECIRCULAÇÃO; DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO; DIREÇÃO HIDRÁULICA/ELETRICA, TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA, VIDRO ELÉTRICO NAS PORTAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS. FERRAMENTAS E ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. COR BRANCA OU PRATA	26	R\$ 130.000,00



4	VEÍCULO HATCH 1.0 – VEÍCULO NOVO 0 KM TIPO HATCH ANO/MOD 2026. MOTOR FLEX A PARTIR DE 3 CILINDROS. INJEÇÃO ELETRÔNICA DE COMBUSTÍVEL; MOTOR MÍNIMO 1.0 OU SUPERIOR E/OU MÍNIMO DE 70 CV DE POTÊNCIA. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS: 5 PORTAS; ALARME; CONTROLE DE TRAÇÃO E ESTABILIDADE; SISTEMA DE FREIOS COM ABS; AR-CONDICIONADO COM CONTROLE DE TEMPERATURA E SISTEMA DE RECIRCULAÇÃO; DESEMPAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO; DIREÇÃO HIDRÁULICA/ELETRICA; TRANSMISSÃO MANUAL; VIDRO ELETRICO NAS PORTAS DIANTEIRAS. FERRAMENTAS E ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. COR: BRANCA OU PRATA	26	R\$ 110.000,00
5	VEÍCULO HATCH 1.0 TURBO OU 1.3 OU SUPERIOR - VEÍCULO NOVO 0 KM TIPO HATCH ANO/MOD 2026. MOTOR FLEX A PARTIR DE 3 CILINDROS. INJEÇÃO ELETRÔNICA DE COMBUSTÍVEL; MOTOR MÍNIMO DE 100 CV DE POTÊNCIA. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS: 5 PORTAS; ALARME; CONTROLE DE TRAÇÃO E ESTABILIDADE; SISTEMA DE FREIOS COM ABS, EBD E PBA; ARCONDICIONADO COM CONTROLE DE TEMPERATURA E SISTEMA DE RECIRCULAÇÃO; DESEMPAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO; DIREÇÃO HIDRÁULICA/ELETRICA; TRANSMISSÃO MANUAL OU AUTOMÁTICA; VIDRO ELETRICO NAS PORTAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS. FERRAMENTAS E ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. COR: BRANCA OU PRATA	26	R\$ 125.000,00

[← Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



**RESOLUÇÃO SESA Nº 329/2015**  
(Publicada no Diário Oficial nº 9528, de 02/09/15)

**Obrigatoriedade do uso da cláusula antifraude e anticorrupção.**

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE**, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 45, inciso XIV da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, e o Art. 8º, inciso IX do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, aprovado pelo Decreto nº 9.921/2014, e,

- considerando a Resolução SESA nº 276/2012 que institui o Incentivo Financeiro de Custeio do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS, na modalidade “Fundo a Fundo”, utilizando os critérios estabelecidos pelo Fator de Redução das Desigualdades Regionais;
- considerando os convênios celebrados, a partir de 2012, com municípios para Construção, Reforma e Ampliação de Unidades de Saúde da Família, ainda em execução.
- considerando a Resolução SESA nº 453/2013 que Institui o Incentivo Financeiro de Investimento para construção e ampliação de Unidades de Saúde da Família, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS para o biênio 2013/2014, na modalidade “Fundo a Fundo”;
- considerando a Resolução SESA nº 721/2013 que Institui o Incentivo Financeiro de Custeio para reforma de Unidades de Saúde da Família, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS para o biênio 2013/2014, na modalidade “Fundo a Fundo”;
- considerando a Resolução SESA nº 426/2014 estabelece os valores de repasse do Incentivo Financeiro de Investimento para construção e ampliação de Unidades de Saúde da Família do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS, na modalidade “Fundo a Fundo”, para o ano de 2014;
- considerando a Resolução SESA nº 434/2014, que institui o Incentivo Financeiro de Investimento para a implantação do transporte sanitário nos municípios do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS na modalidade “Fundo a Fundo”, para o biênio 2014/2015;
- considerando a Lei Federal nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;
- considerando o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná que compõe o Acordo de Empréstimo firmado entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento-Banco Mundial e o Estado do Paraná;

- considerando a exigência do Banco Mundial, que na execução dos recursos que integram projetos financiados pelo Banco, os Mutuários (incluindo beneficiários do empréstimo do Banco), Concorrentes, Fornecedores, Empreiteiras e seus agentes (se declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviços e qualquer pessoal de sua equipe observem o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação e consecução desses contratos,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Estabelecer a obrigatoriedade da inclusão da cláusula antifraude e anticorrupção em todos os editais de processos licitatórios e nos contratos para aquisição de bens e serviços relativos aos recursos repassados pela SESA/PR, nos seguintes casos:

- I.** Na execução dos recursos de que tratam as Resoluções SESA nº 276/2012, 453/2013, 721/2013, 426/2014, 434/2014 e 312/2015.
- II.** Na execução dos recursos referentes a Convênios celebrados com municípios, a partir de 2012, para Construção, Reforma e Ampliação de Unidades de Saúde da Família, ainda em execução.

**§ Único** – Nos casos em que já tenha ocorrido a licitação para a aquisição de bens e serviços com recursos provenientes da adesão dos municípios aos Incentivos de que tratam as Resoluções acima e/ou convênios celebrados, deverá ser providenciado o termo aditivo no referido contrato para fins de inclusão da cláusula antifraude e anticorrupção, nos contratos ainda em vigência.

**Art. 2º** - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 1º de setembro de 2015.

Michele Caputo Neto  
**Secretário de Estado da Saúde**

**\* Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial**

**Anexo I - Resolução SESA nº 329/2015**  
**CLÁUSULA A SER INCLUÍDA EM TODOS OS EDITAIS e CONTRATOS**

**CLÁUSULA \_\_\_\_\_ - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO (MODELO EDITAL LICITAÇÃO e CONTRATO)**

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.